



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



MARCEL SILVA LUZ

**Experiências agroecológicas em assentamentos do MST: A
transição agroecológica em assentamentos do MST na PB**

JOÃO PESSOA
2022

MARCEL SILVA LUZ

**Experiências agroecológicas em assentamentos do MST: A
transição agroecológica em assentamentos do MST na PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Desenvolvimento e Meio
Ambiente da Universidade Federal da Paraíba,
para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Gustavo Ferreira da Costa Lima

JOÃO PESSOA
2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 13/2022 - PRODEMA - MEST (11.01.14.50)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 31 de Maio de 2022

Ata da 559ª Sessão Pública de Defesa de Dissertação de **MARCEL SILVA LUZ** do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, na área de Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às 10h00min, no auditório do PRODEMA**, reuniram-se por **videoconferência**, nos termos do art. 82 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação “stricto sensu” da UFPB, anexo à Resolução CONSEPE no 79/2013, a Banca Examinadora, composta pelos professores(as) doutores(as): **ALEXANDRE MACEDO PEREIRA, UFPB**, examinador externo ao Programa, **BARTOLOMEU ISRAEL DE SOUZA, UFPB**, examinador interno e **GUSTAVO FERREIRA DA COSTA LIMA, UFPB**, orientador - presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do presidente da banca, **GUSTAVO FERREIRA DA COSTA LIMA**, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, solicitou ao candidato que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada **“EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS EM ASSENTAMENTOS DO MST: A transição agroecológica em assentamentos do MST na PB”**. Concluída a exposição, o(a) professoro(a) Dr(a) **GUSTAVO FERREIRA DA COSTA LIMA**, presidente, passou a palavra a(o) professor(a) Dr(a) **ALEXANDRE MACEDO PEREIRA**, para arguir o(a) candidato(a), e, em seguida, ao(a) professor(a) Dr(a) **BARTOLOMEU ISRAEL DE SOUZA**, para fazer o mesmo. Após alguns comentários sobre a defesa, o(a) presidente da banca examinadora solicitou a retirada da platéia para que a banca pudesse proceder com a avaliação do(a) discente em sessão secreta. Na sequência, a banca examinadora atribuiu o conceito (**APROVADO**), conforme o art. 83 do anexo à Resolução CONSEPE-UFPB no 79/2013. Nada mais havendo a tratar, eu, Clara Tavares Gadelha, secretária, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

(Assinado digitalmente em 31/05/2022 15:20)
Alexandre Macedo Pereira
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1106940

(Assinado digitalmente em 31/05/2022 15:06)
BARTOLOMEU ISRAEL DE SOUZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 4201553

(Assinado digitalmente em 02/06/2022 00:05)
CLARA TAVARES GADELHA
TECNICO EM SECRETARIADO
Matrícula: 2004872

(Assinado digitalmente em 31/05/2022 20:38)
GUSTAVO FERREIRA DA COSTA LIMA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1117951

Processo Associado: 23074.048878/2022-43

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 13, ano: 2022, documento (espécie): ATA, data de emissão: 31/05/2022 e o código de verificação: **d6f139227e**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L979e Luz, Marcel Silva.

Experiências agroecológicas em assentamentos do MST
: a transição agroecológica em assentamentos do MST na
PB / Marcel Silva Luz. - João Pessoa, 2022.
105 f. : il.

Orientação: Gustavo Ferreira da Costa Lima.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. MST. 2. Agroecologia. 3. Justiça ambiental. 4.
Movimentos sociais rurais. I. Lima, Gustavo Ferreira da
Costa. II. Título.

UFPB/BC

CDU 323.1(043)

MARCEL SILVA LUZ

Experiências agroecológicas em assentamentos do MST: A transição agroecológica em assentamentos do MST na PB

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Trabalho Aprovado. João Pessoa, 28 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Gustavo Ferreira da Costa Lima
Universidade Federal da Paraíba

Bartolomeu Israel de Souza
Universidade Federal da Paraíba

Alexandre Macedo Pereira
Universidade Federal da Paraíba

*Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.*

Madrugada camponesa - Thiago de Mello

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao PRODEMA e a todos os seus professores e professoras, este programa permitiu um enorme salto em meu processo de aprendizagem e na minha atuação profissional. Agradeço aos professores Alexandre Macedo Pereira, membro externo, e Bartolomeu Israel de Souza, membro interno, por suas grandes adições à minha pesquisa, agradeço pela visão humana e crítica de ambos e pela energia e cuidado que eles dedicaram em suas contribuições.

Agradeço especialmente ao professor Gustavo Ferreira da Costa Lima, meu orientador, um educador radical, pois ele atua na raiz da ideia de educar. Agradeço por ter me recebido como orientando mesmo enquanto passava por tribulações dentro do programa, por ter aturado minhas trocas de temas em cima dos prazos de entregas, meus sumiços, por ter sido gentil com minha inexperiência na pesquisa e por ter me ajudado a crescer da melhor forma possível. Agradeço por sempre ter me guiado nesta pesquisa com críticas que me mantinham em direções corretas, mas sempre dando espaço para minha criatividade e personalidade e me mantendo motivado. Agradeço a qualquer que tenha sido a energia universal que permitiu o encontro com esse professor que ajudou a elevar inclusive a minha própria docência e que é celebrado por toda minha turma de mestrado como um professor que é, ao mesmo tempo, calmo e compreensivo com seus alunos, mas feroz em sua defesa.

Agradeço à minha mãe, Adelize Luz, que foi minha primeira professora sobre as questões ambientais, meu primeiro exemplo de uma vida que passou pelo campo e que carrega o significado de ser sertaneja, que sempre foi a maior incentivadora para meu trabalho enquanto professor e também na busca pela continuada formação. Agradeço por poder seguir seus passos e orgulhosamente poder inclusive citá-la como aporte teórico em minha pesquisa. Ela que me ajudou com os estudos para minha exitosa seleção, mesmo sem nenhum contato prévio com linhas de pesquisa do programa e seus professores, e que também me ajudou na elaboração desta pesquisa, me enviando materiais e acompanhando as idas a campo e a construção do acervo fotográfico. Agradeço por ser meu exemplo maior do que é ser professor.

Agradeço ao meu pai, José Carlos Ferreira da Luz, meu mentor espiritual e intelectual, que verdadeiramente significa a tão clichê expressão de um porto seguro, sendo ele também um farol e, para continuar com as analogias praianas, um significado que ele também carrega e passou para mim é ser do coração da capital, de Cruz das Armas, do santuário da Penha. Agradeço por ter passado para mim o sincretismo na fé e o humanismo nas lutas sociais.

Agradeço, particularmente, à minha companheira de tudo e do todo, Bruna Guerra, agradeço por tudo mais e por coisas que eu ainda nem sei, pois ela atravessa toda essa pesquisa. Ela permitiu este tema, assim como a vida de lutas políticas que levamos (a reboque dela, frise-se) possibilitou os contatos necessários para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigado pelo incentivo direto para que eu fizesse a seleção e a crença em mim, e obrigado pelo incentivo indireto, pois se eu almejo ser alguém melhor e chegar a lugares mais altos, é por sua causa. Agradeço pelo companheirismo que nunca vacila, pelas cobranças, puxões de orelha, correções de português e discussões teóricas, agradeço por sempre me manter reto e na ponta dos cascos, sem que eu “superestimasse meus poderes”. Agradeço por viver ao seu lado.

Agradeço também à família de minha companheira por todo apoio prestado, especialmente pelas pessoas de Iná, minha avó adotiva, por seu grande exemplo enquanto uma matriarca e líder tão ética e protetora de todos que a cercam. E Washington, grande gêmeo, que diariamente me mostra a sabedoria e retidão enquanto amigo e exemplo próximo de agricultor.

Agradeço à minha turma de mestrado, pois enquanto muitos passam por uma pós-graduação tendo competidores e tensões, eu tive grandes colegas, sólido apoio e por fim, amigos. Agradeço por ter passado por esse mestrado em plena pandemia covid-19 acompanhado (mesmo que virtualmente) por vocês. Um felicíssimo futuro a todas e todos da “Gangue Comunista” - Turma 2020 de Mestrado do PRODEMA.

Agradeço a todos e todas que ajudaram na execução dessa pesquisa, desde os entrevistados aos repassadores de contatos! Agradeço especialmente a Gilmar Felipe Vicente, da direção estadual do MST-PB, por ter permitido e viabilizado esta pesquisa. Obrigado pelo tempo e votos de confiança, e mantenho a porta sempre aberta para um almoço! Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra... por existir.

Agradeço a todos os trabalhadores e trabalhadoras do mundo e todos aqueles que também não o são, mas que “*são minorias na hora de falar e majorias na hora de se calar e aguentar*”. Não acredito no grande dia, nem na grande noite, nem na vitória final, só que a luta é eterna e não há problema nisso em razão da boa companhia.

RESUMO

A questão da concentração fundiária e a luta pela terra consistem em pautas relevantes do ambientalismo no Brasil, destacando-se os atores oriundos da sociedade civil como movimentos sociais organizados que encampam esta discussão. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o maior movimento camponês da América Latina, para além de pautas sociopolíticas, traz em seu horizonte programático a agroecologia enquanto um paradigma de relacionamento entre indivíduo, sociedade e natureza. Esta pesquisa foi desenvolvida em três assentamentos em transição agroecológica, localizados na Zona da Mata Paraibana e teve como objetivo principal verificar as potencialidades e limites do sistema de produção agroecológica desenvolvido pelos assentamentos do MST-PB. E como objetivos específicos: 1) analisar a inserção da temática ambiental nas pautas do MST e o processo histórico desta transição; 2) compreender o caráter simbólico da agroecologia para e no MST; 3) identificar as resistências e concordâncias dos assentados ao processo de transição agroecológica; e 4) levantar as particularidades da agroecologia na experiência do MST. A revisão bibliográfica, a pesquisa de campo, a observação sistemática e a aplicação de entrevistas semiestruturadas, foram as ferramentas utilizadas para a coleta dos dados. Os discursos manifestos foram analisados segundo o método de análise de conteúdo temático categorial. Os resultados da avaliação destes discursos revelaram que a agroecologia praticada e existente no programa do MST-PB tem características próprias não em razão do Movimento em si, mas relacionada a sua aquisição por um movimento camponês como partícipe da luta pela terra e do movimento por justiça ambiental. A agroecologia é vista pelo MST não apenas como novos paradigmas de conhecimentos, mas como um horizonte estratégico e uma práxis envolvida na luta de classes. Evidenciou-se também que a transição agroecológica para o MST-PB tem contornos próprios, adquirindo um caráter permanente em face das limitações produtivas nos assentamentos e em nome da preservação de algo essencial ao Movimento, que é a produção de alimentos para a população.

Palavras-chave: MST; Agroecologia; Justiça Ambiental; Assentamento 1º de março; Assentamento Teixeira; Assentamento Nova Vida.

ABSTRACT

The issues of land concentration and land struggle are relevant guidelines of environmentalism in Brazil, social movements that take part in this discussion are the major actors from civil society. The Landless Rural Workers Movement (MST), the largest peasant movement in Latin America, in addition to a sociopolitical agenda, brings agroecology into its programmatic horizon as a paradigm of relationship between individual, society and nature. This research was developed in three settlements in agroecological transition, located in the Zona da Mata Paraibana and had as main objective to verify the potentialities and limits of the agroecological production systems developed by the MST-PB settlements. And as specific objectives: 1) to analyze the insertion of the environmental discussion in the MST agenda and the historical process of this acquisition; 2) to understand the symbolic meaning of agroecology for and in the MST; 3) to identify the settlers' resistance and also their agreements regarding the agroecological transition process; and 4) to inventory the particularities of agroecology in the MST experience. The literature review, field research, systematic observation, and application of semi-structured interviews were the tools used for gathering data. The manifest speeches were analyzed according to the categorical thematic content analysis method. The results of the evaluation of these discourses revealed that the agroecology practiced by and existing in the MST program has its own characteristics not because of the Movement in itself, but related to its application by a peasant movement that participates in the struggle for land and in the movement for environmental justice. Agroecology is seen by the MST not only as a new paradigm of knowledge, but as a strategic horizon and a praxis involved in the class struggle. It was also evident that the agroecological transition for the MST-PB has its own contours, acquiring a permanent character in the face of productive limitations in the settlements and in the name of preserving something essential to the Movement, which is the production of food for the population.

Keywords: MST, Agroecology; Environmental Justice; Settlement 1° de março; Settlement Teixeira; Settlement Nova Vida.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Mapa da área de estudo	49
Figura 2: Vista parcial da entrada do Assentamento 1º de Março	50
Figura 3: Casas de assentados	51
Figura 4: Igreja no assentamento	52
Figura 5: Escola no assentamento	52
Figura 6: Roçado em processo de aração com área florestada e plantio de cará	53
Figura 7: Plantio de cará e área florestada ao fundo	53
Figura 8: Covas com varas para plantio de inhame	54
Figura 9: Plantio de mamão	54
Figura 10: Covas para plantio de inhame e cará	55
Figura 11: Plantio de acerola	55
Figura 12: Bananeiras	56
Figura 13: Plantio de bananeiras	57
Figura 14: Entrada do Assentamento 1º de Março e plantio de feijão	57
Figura 15: Limoeiro	57
Figura 16: Coqueiro e mamoeiro	58
Figura 17: Sementes crioulas de milho Jabatão,	58
Figura 18: Ferramentas para o roçado e mudas de cará	59
Figura 19: Plantio de cará, limoeiro, bananeiras e de maxixe	60
Figura 20: condutor para irrigação	61
Figura 21: Assentados	61
Figura 22: Irrigação por microaspersão,	62

LISTA DE ABREVIACÕES

BT	Banco da Terra
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento,
CONCRAB	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DS	Desenvolvimento Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FMI	Fundo Monetário Internacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores,
UDR	União Democrática Ruralista
BM	Banco Mundial
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 A DISPUTA SUBJETIVA PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A INJUSTIÇA AMBIENTAL	17
2.2 NEOLIBERALISMO, SOBRE SUA GÊNESE E SUA (IN)EXISTÊNCIA	24
2.3 PODER SIMBÓLICO, CULTURA LEGÍTIMA E LUTA DE CLASSES NO CAMPO	28
2.3.1 Movimentos Sociais Rurais e Agroecologia	30
2.3.2 Agroecologia na Via Campesina	35
2.4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – AÇÃO COLETIVA NA SOCIEDADE CIVIL	36
2.5 AGROECOLOGIA	39
2.5.1 Agroecologia enquanto uma abordagem participativa, transdisciplinar e orientada por ação	43
2.5.2 Institucionalização da Agroecologia no Brasil	45
3 MATERIAL E MÉTODOS	48
3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	48
3.1.1 Bloco de Assentamentos de Pitimbu	49
3.1.1.1 Histórico e configuração geral dos assentamentos	50
3.1.1.2 Espaços de Produção	52
3.2 METODOLOGIA	62
3.2.1 Revisão Bibliográfica e Pesquisa Documental	62
3.2.2 Coleta de Dados Primários	63
3.2.2.1 Entrevistas com Especialistas e Lideranças	64
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	67
4.1 OS DISCURSOS POR CATEGORIAS	67
4.1.1 A dimensão socioambiental no MST	67

4.1.2 A incorporação discursiva da agroecologia na ideologia do MST	70
4.1.3 A agroecologia para o MST	73
4.1.4 Transição agroecológica: processos de consensos e dissensos	75
4.1.5 Mudanças oriundas da transição agroecológica nos assentamentos	81
4.1.6 Luta pela terra e luta de classes	84
CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA ASSENTADOS	99
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA PARA ESPECIALISTAS EM AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA	105

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário político, econômico, social e ambiental, em que o desenvolvimento sustentável (doravante DS) e os debates a respeito das atividades produtivas estão em evidência no Brasil e no mundo, acirra-se a disputa política e simbólica sobre o que é DS e quais práticas são, de fato, sustentáveis. Esta disputa subjetiva simbólica ganha corpo nas discussões sobre o campo e a agricultura, pois temos, de um lado, uma lógica de produção hegemônica fundamentada na revolução verde e seus princípios estruturantes, mecanização e uso de agrotóxicos, e do outro, alternativas pautadas em uso de tecnologias brandas, na minimização do uso de agroquímicos degradadores do meio ambiente e na incorporação de saberes tradicionais, como a agroecologia. Essa contraposição de paradigmas expressa o conflito histórico entre o latifúndio e a pequena agricultura (ALTIERI, 2012; ALTIERI; ROSSET, 2018).

Os defensores da agroecologia oferecem denúncias e soluções a respeito do acesso à terra e aos recursos naturais no cenário da concentração fundiária, bem como sobre a produção de riscos socioambientais e seus impactos. O tema da justiça ambiental, gravita, historicamente, ao redor da desigual distribuição de custos, de acesso aos recursos naturais e de riscos associados às formas de degradação ambiental. A literatura soma a essa percepção, o reconhecimento dos fenômenos sociais que dão origem aos danos ambientais e a separação social existente entre as populações e as comunidades que são desproporcionalmente atingidas (RAMMÊ, 2012).

Acsegrad, Herculano e Pádua (2010) demonstram que a injustiça social tem uma dimensão ambiental, que se percebe na concentração territorial, no desigual acesso aos recursos naturais e também na exposição desproporcional aos riscos decorrentes da expansão econômica. O modelo de produção agrícola hegemônico no Brasil define uma conjuntura problemática: o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking de desigualdade no acesso à terra, de acordo com levantamento da Oxfam (OXFAM, 2016). Essa herança histórica resulta do fato de que 45% da área produtiva do país está concentrada em aproximadamente 1% dos imóveis rurais, mais precisamente 0,91% (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). Salienta-se que este modelo agrícola é, com frequência, associado ao desmatamento, à poluição das águas, ao comprometimento da biodiversidade e ao aumento das emissões de carbono. Soma-se a isso o fato de que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, e que a utilização de agrotóxicos tem efeitos negativos – e potencialmente letais – para a saúde humana e para a biodiversidade (STOPPELLI; MAGALHÃES, 2005). Ou seja, trata-se de um modelo que pode

ser considerado como gerador, em paralelo ao crescimento da produção alimentar, de um aumento da destruição dos recursos e serviços ecossistêmicos que são a base da própria agricultura.

Essa concentração fundiária e a utilização de químicos tóxicos são feitas não ao arrepio da autoridade estatal e de legislações, mas em consonância com elas. As políticas públicas são omissas ou insatisfatórias e favorecem por ação e/ou omissão a concentração de renda e riquezas e a degradação do ambiente (ACSELRAD, 2012; RAMMÊ, 2012).

Desta maneira, quando se pauta a justiça ambiental no Brasil, vê-se como indissociáveis as discussões a respeito do agronegócio e reforma agrária e, para além destes, das práticas agroecológicas como possíveis alternativas a esta modalidade hegemônica de acumulação e produção.

Como exemplo destas alternativas, cita-se o trabalho desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que se posiciona criticamente em relação ao modelo de produção agrícola dominante, pois a destruição de recursos naturais, como a biodiversidade, e a redução da fertilidade da terra, acarretam no descumprimento do preceito constitucional da função social da propriedade rural e inviabilizam a caracterização de uma terra pertencente a esta cadeia como realmente produtiva. Para além disso, a lógica contábil vigente não contabiliza a destruição perpetrada pela atividade agrícola dominante, pois os indicadores usados como PIB e renda per capita não mensuram os riscos ambientais decorrentes (REDCLIFT; GOODMAN, 2011; ACSELRAD, 2012).

O MST surge, então, como um movimento da sociedade civil que ocupa o vazio de responsabilidade deixado pela omissão estatal. Uma coletividade organizada que trava uma luta de baixo para cima e de fora para dentro, no que tange aos polos de poder político. Por essa razão, o MST passa, ao longo de sua história, por uma campanha difamatória realizada por veículos da mídia hegemônica e também por tentativas de criminalização e marginalização, tanto por vias legislativas quanto judiciais, patrocinadas por detentores do poderio econômico. Sendo esta relação uma expressão de um conflito com raízes históricas profundas entre o latifúndio e a pequena agricultura (ADISSI, 2013; LINO, 2014).

Ao longo de sua história, o MST incorporou na centralidade de suas pautas as temáticas socioambientais, premente dentre elas a agroecologia, uma lógica de produção e vivência que dá protagonismo a uma agricultura sustentável. Busca-se com isso se afastar de uma sustentabilidade de mercado, característica do capitalismo em suas múltiplas formas, para então defender uma sustentabilidade democrática comprometida com a justiça socioambiental. A

agroecologia, não sendo pensada apenas como um sistema de produção, conjuga contribuições científicas, conhecimentos tradicionais e ecologia às questões socioeconômicas e ao reconhecimento dos impactos causados aos sistemas agrícolas e à sociedade pelo modelo da revolução verde (CAPORAL; COSTABEBER, 2014; ALTIERI, 2012).

Pelo exposto, este estudo busca responder às seguintes questões: como se dá a experiência de transição agroecológica nos assentamentos do MST-PB? E o que significa a agroecologia e o processo de transição agroecológica para o MST-PB?

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral verificar as potencialidades e limites do sistema de produção agroecológica desenvolvido pelos assentamentos do MST-PB.

Dentre os objetivos específicos deste trabalho, pode-se destacar: a) analisar a inserção da temática ambiental nas pautas do MST e o processo histórico desta transição; b) compreender o caráter simbólico da agroecologia para e no MST; c) identificar as resistências e concordâncias dos assentados ao processo de transição agroecológica; d) e levantar as particularidades da agroecologia na experiência do MST.

A presente pesquisa justifica-se pela relevância da compreensão sobre a relação entre o MST e a agroecologia e as relações diretas e indiretas entre produtores assentados e a conservação ambiental, bem como sobre potenciais reverberações destas relações na promoção do movimento por justiça ambiental.

Dessa forma, a pesquisa tem como hipóteses que 1) a agroecologia tem particularidades no contexto do MST, particularidades estas relativas à inserção desse movimento social na luta política por reforma agrária; e que 2) a transição agroecológica traz benefícios sociais, ambientais e econômicos às unidades de produção familiares.

Ressalta-se, ainda, o caráter interdisciplinar desta pesquisa por haver um intercâmbio mútuo de múltiplos campos do conhecimento, construindo diálogos entre as ciências sociais, ambientais e da terra em uma rede multidisciplinar, na qual a agronomia, a ecologia, a sociologia, a ciência política, o direito e a economia participam de um percurso metodológico comum a todos os campos e que visa resultados integrados.

A dissertação se estrutura em três capítulos além da introdução e das considerações finais. O texto se inicia com a introdução que trata do contexto geral, da justificativa, das hipóteses e dos objetivos que serão apresentados em três capítulos e retomados nas considerações finais.

O primeiro capítulo traz o referencial teórico dividindo-o em subcapítulos de acordo com os conceitos utilizados nesta pesquisa, a saber: 1. a disputa subjetiva pelo DS e a injustiça

ambiental; 2. histórico e significados do neoliberalismo; hegemonia cultural, cultura legítima e luta de classes; e 3. agroecologia e movimentos sociais rurais, contextualização histórica, institucionalização e políticas de reforma agrária.

O segundo capítulo, por sua vez, delineia o percurso metodológico utilizado para cumprir os objetivos específicos desta dissertação, evidenciando, também, as abordagens utilizadas.

Em sequência, o terceiro capítulo apresenta os resultados e a discussão da pesquisa, expondo a análise dos dados coletados em campo.

Por fim, apresenta-se as considerações finais, as referências bibliográficas e os apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordados os principais conceitos e debates para a compreensão das análises e para o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 A DISPUTA SUBJETIVA PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A INJUSTIÇA AMBIENTAL

Conforme a crise ambiental se agrava, vê-se que se acirra a disputa pela definição de DS entre os atores sociais envolvidos. Este debate pode ser compreendido como um campo social no qual os significados concorrentes disputam a legitimação de seus discursos sobre a definição do termo e sobre sua posição como detentores das soluções para as crises ecossistêmicas (BOURDIEU, 2012).

É interessante frisar que a escalada dos problemas socioambientais é acompanhada de uma expansão da conscientização ao seu respeito. Esforços internacionais que envolvem setores públicos e privados promovem a compreensão da crise ambiental e visam possibilitar a gestação de estratégias de enfrentamento e metas. Entretanto seus resultados são relativos, visto que o reconhecimento dos desafios socioambientais é insuficiente para colocar a questão ambiental no centro da agenda política global que tem como eixo principal a dimensão econômica (LIMA, 2017).

Frisa-se que a centralidade da pauta econômica é justificada pela visão existente da economia como essencial ao bem-estar humano. O crescimento econômico, por meio de uma produção em larga escala, serviria para elevar todas as pessoas acima da linha da pobreza e miséria, contudo, a experiência histórica tem demonstrado que o crescimento econômico tem produzido concentração de riqueza e não distribuição, como supunham as promessas formuladas pelos defensores da teoria do derrame ¹(DOUTHWAITE, 2011). A partir dos anos 1980, a concepção de DS, então, ganha tração alinhando problemas ambientais crescentes às questões socioeconômicas relativas à pobreza e à desigualdade social (HOPWOOD, 2011).

No próximo tópico será tratado como a emergência do pensamento neoliberal — mundialmente, a partir da década de 1980, e no Brasil, a partir de 1990 — e a retração da

¹ Um enunciado derivado dos princípios econômicos liberais de que impulsionar o crescimento econômico por meio de políticas econômicas de mercado que reduzem os impostos aos mais ricos podem resolver os problemas da pobreza. Ou seja, a ideia de que o crescimento basta e que seus efeitos tendem a transbordar beneficiando os mais pobres ao redor (KLIKSBERG, 2001).

influência do Estado de bem-estar social auxiliam no entendimento dos valores em conflito no campo social do desenvolvimento sustentável.

Importante salientar que o DS é um conceito que vem a reboque de noções dominantes do desenvolvimento enquanto progresso econômico. Na sua importante obra “A ilusão do desenvolvimento”, Arrighi (1998) reforça a noção de centro e periferia do capitalismo, que também pode ser relacionada ao binômio desenvolvimento e subdesenvolvimento, discutindo como, mesmo em ascensão, países que ocupam o núcleo orgânico da economia de capitais são vistos como “industrializados” enquanto que os países periféricos nas relações econômicas não o são, ou são apenas “semi-industrializados”. A industrialização, portanto, seria uma categoria almejada pelos países marginalizados (que margeiam o centro) por ser o aparente estado de coisas que permite o desenvolvimento (YOUNG; LUSTOSA, 2003).

A obra de Arrighi (1998) revela, então, que a industrialização não necessariamente leva ao desenvolvimento, visto que países periféricos industrializados continuam em posição de pobreza e os poucos exemplos de estados que tiveram alguma mobilidade no cenário econômico mundial devem sua ascensão a fatores outros que não o processo de industrialização. Nesse sentido, a periferia do capitalismo, também chamada de Sul Global poderia – e deveria – pretender um modelo de desenvolvimento que não aquele do centro, pois este modelo pautado em industrialização seria apenas uma influência etnocentrista com resultados socioeconômicos e ambientais controversos.

Diante do exposto, é necessário compreender que o “desenvolvimento” componente da expressão “desenvolvimento sustentável” é, por si só, objeto de debates e dissensos, tanto sobre o que seria esse desenvolvimento quanto sobre de que maneira este modelo de desenvolvimento poderia ser domado e adaptado aos moldes de sustentabilidade.

Dessa forma, o conceito de DS explora a relação entre desenvolvimento econômico, qualidade ambiental e equidade social. Esse conceito vem evoluindo desde 1972, quando a comunidade internacional abordou pela primeira vez a conexão entre qualidade de vida e qualidade ambiental na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo. No entanto, foi somente em 1987 que o termo “desenvolvimento sustentável” foi definido como “desenvolvimento que pode atender às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987). Importa, portanto, verificar a coincidência destas datas com os marcos do neoliberalismo apresentados no subcapítulo 2.2 desta dissertação. Esta definição, por sua vez, estabeleceu a necessidade de uma

tomada de decisão integrada e capaz de equilibrar as necessidades econômicas e sociais das pessoas com a capacidade regenerativa do ambiente natural (DOUTHWAITE, 2011).

O DS se refere, genericamente, a processos dinâmicos de mudança nos quais a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são compatíveis com as necessidades futuras e presentes. Salienta-se que há uma vasta literatura sobre DS, com diferentes definições, conceitos, princípios, critérios, indicadores e referências.

Neste trabalho, objetivando respeitar a complexidade do desenvolvimento sustentável, e compreendendo que o tema não poderá ser aqui exaurido, utilizamos o mapeamento do Desenvolvimento Sustentável conforme Hopwood (2011) e a revisão de literatura sobre o DS feita por Lima (2017), pois estes permitem apontar três tendências principais que compreendem os sentidos concorrentes para o desenvolvimento sustentável: a conservadora, a reformista e a transformadora. A conservadora seria a tendência defendida por aqueles que julgam não necessárias mudanças fundamentais na sociedade, em sua economia política e nas relações de poder. Segundo essa compreensão, ajustes na própria racionalidade capitalista, nos arranjos institucionais públicos e privados, na geração de tecnologias ecoeficientes, no estímulo a negócios e no consumo verde seriam capazes tanto de conciliar crescimento e preservação ambiental como de atingir o desenvolvimento sustentável (KLIKSBERG, 2001; HOPWOOD, 2011; LIMA, 2017). Trata-se, assim, de promover mudanças cosméticas para que tudo o mais continue constante na máxima “mudar para conservar”.

A segunda tendência, a reformista, admite a necessidade de mudanças significativas no tecido social, na organização política e nos estilos de vida, contudo, estas mudanças seriam atingidas ao longo do tempo e dentro dos limites das estruturas sociais e econômicas em vigor. Essa tendência difere da conservadora também por reconhecer a gravidade dos problemas ambientais e os limites ecossistêmicos e, diferentemente da anterior, julga importante a participação do Estado na promoção de reformas visando o desenvolvimento sustentável (HOPWOOD, 2011).

Por fim, a terceira tendência, a transformadora, não reconhece a viabilidade de um desenvolvimento sustentável na ordem capitalista em razão das próprias características desse modelo de organização social. Os representantes dessa tendência não entendem ser possível, nesse caso, realizar o chamado tripé do desenvolvimento sustentável: eficiência econômica, preservação ambiental e justiça social, devido à prioridade absoluta da dimensão econômica, à sua dependência do crescimento ilimitado e à desigualdade socioambiental que lhe é inerente.

Entendem, portanto, que o DS ocorreria apenas com mudanças fundamentais na sociedade contemporânea e na forma como o humano se relaciona com o meio ambiente. As reformas setoriais, portanto, seriam insuficientes para suprir os danos causados pelas características do sistema capitalista atrelados à reprodução de desigualdades e exclusão alinhadas à lógica predatória (HOPWOOD, 2011; LIMA, 2017).

É importante pontuar que as tendências anteriormente apresentadas também são palco de disputas internas e, portanto, não reduzíveis a monólitos simplificados.

Esta é, inevitavelmente, uma ampla estruturação conceitual, em vez de um mapeamento preciso e as localizações exatas estão abertas ao debate. Toda classificação em grupos é uma simplificação e pode haver discussão sobre onde os limites são traçados, bem como quão nítidos ou borrados eles são. Indivíduos e grupos mudam seus pontos de vista ao longo do tempo. Há também grandes debates dentro de todas essas perspectivas (HOPWOOD, 2011, p. 42).

É necessário frisar que muito embora no escopo crítico às teorias do desenvolvimento e aos paradigmas do conhecimento do norte global, o qual poderíamos coletivamente chamar de epistemologias do Sul (SANTOS, 2010), orbitem tendências reformistas e transformadoras, estas não são destituídas de controvérsias e contradições. A ecologia social do socialismo libertário (anarquia) de Bookchin, o ecossocialismo, ecofeminismo e movimentos indígenas participam do espaço da abordagem transformadora junto da ecologia profunda, mas ao lado, também, do neomalthusianismo e do ecofascismo.

Já indiquei que a contribuição dos movimentos através da transição ecossocial não é a única resposta imaginável ao colapso. É preciso prestar atenção, em vez disso, a uma outra muito diferente, que vem da mão do que alguns estudiosos chamam de ecofascismo. Este último é baseado na intuição de que para resolver eficientemente o problema geral da escassez não há outra solução do que propiciar um rápido e forte declínio no número de seres humanos que povoam o planeta (TAIBO, 2018, p. 3).

Sendo o DS, em sentido amplo, forma(s) de se existir e se relacionar com o meio ambiente, deve-se entender que os espaços naturais e sociais são objeto de disputas. Interesses concorrentes comumente se digladiam para reivindicar, ocupar, explorar, expropriar, compartilhar ou enclausurar espaços. Consequentemente, justiça e injustiça são visíveis na discussão ambiental, principalmente em como o meio ambiente é, foi ou será moldado, organizado, acessado, usado ou restringido.

Tem-se então que o território em Raffestin é produzido por uma constelação de relações que o indivíduo ou grupos de indivíduos – os agentes sociais – mantêm entre si e com a natureza. Dessa forma, para este autor o território não poderia ser mais nada

que um produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Afinal para ele o território se forma a partir do espaço. 'Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator 'territorializa' o espaço' (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Essa apropriação de que Raffestin se refere, é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território. O poder, assim, é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais. Desse modo, se o poder está em toda relação e se o espaço é anterior ao território, a conclusão de Raffestin (1993) é a de que 'o espaço é a 'prisão original' e o território é a prisão que os homens constroem para si' (FERREIRA, 2014, p. 117).

Acsehrad, Herculano e Pádua (2010) constataam a presença da injustiça ambiental no Brasil, onde há uma concentração fundiária realizada de maneira elitista. Elitismo esse que também está presente no acesso a recursos naturais e na exposição desigual da população brasileira a riscos como poluição e outros custos ambientais do desenvolvimento. Sobre esse cenário revelam Lima e Torres (2021, p. 8):

A histórica desigualdade social no Brasil persiste em decorrência de um modelo de desenvolvimento neoliberal que avança sobre os empregos, a renda, as leis trabalhistas e as políticas sociais compensatórias, enquanto cria privilégios ao capital privado (SANTOS JUNIOR *et al.*, 2020). Os relatórios periódicos da Oxfam sobre a desigualdade social no Brasil demonstram que o país segue sendo um dos mais desiguais do mundo (MAIA, 2017) e está muito longe de cumprir os direitos previstos na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Em resumo, os dados de 2017 mostram que: as seis maiores fortunas do país, juntas, detinham uma riqueza correspondente a 50% da população mais pobre; ainda existem cerca de 16 milhões de pessoas sobrevivendo abaixo da linha de pobreza e o país ostenta o 3º pior índice de Gini da América Latina e Caribe, só ficando à frente de Colômbia e de Honduras. Em uma avaliação de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que analisa a situação de 140 países em todo o mundo, o Brasil aparece como o 10º país mais desigual (MAIA, 2017).

Além disso, o Atlas do Agronegócio (2018) aponta um relatório realizado em colaboração pelas fundações Heinrich Böll e Rosa Luxemburgo acerca das corporações componentes do agronegócio. Esta concentração fundiária remonta aos tempos do Brasil colônia, com seu marco legal sendo a Lei de Terras, instituída em 1850 por D. Pedro II, podendo ser concebida como uma questão estrutural na concepção brasileira de sociedade (BRASIL, 1850).

Outro estudo que destaca a injustiça ambiental na problemática fundiária e relativa ao agronegócio é o Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2013), elaborado pelas entidades Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). O estudo demonstra que há um cenário preocupante de conflitos socioambientais em áreas rurais ligadas ao agronegócio. O Mapa aponta, também, que as

populações mais desproporcionalmente atingidas nos conflitos socioambientais residem nos campos, assim como povos originários, ribeirinhos e da floresta.

Descrita a realidade de injustiça ambiental, faz-se necessário apontar o que seria a noção de uma justiça ambiental enquanto pauta a ser defendida. Historicamente, o movimento de Justiça Ambiental nos EUA ganha visibilidade e força a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando ativistas e movimentos sociais enfrentaram uma série de riscos ambientais que estavam desproporcionalmente concentrados e localizados em comunidades negras (HARVEY, 2009; SOJA, 2010; ATHANASSAKIS, 2018).

Em 1982, foi proposta a instalação de um aterro destinado a aceitar policlorados bifenilos, um subproduto altamente tóxico da indústria química, no condado de Warren, Carolina do Norte – uma comunidade predominantemente negra e de baixa renda – acontecimento este que desencadeou um protesto em massa para tentar impedir o projeto. O protesto não conseguiu impedir o surgimento do aterro, mas tornou-se um momento decisivo no movimento ambientalista e tem sido compreendido como o nascimento do movimento de justiça ambiental (HARVEY, 2009; SOJA, 2010; ATHANASSAKIS, 2018).

Salienta-se que este não foi o primeiro incidente de comunidades minoritárias resistindo à exposição a condições ambientais perigosas. No início dos anos 1960, por exemplo, trabalhadores rurais latinos nos EUA se organizaram para melhorar suas condições de trabalho, incluindo a demanda por proteção contra inseticidas tóxicos. Em 1968, moradores negros de West Harlem, Nova York, travaram uma campanha contra a instalação de uma estação de tratamento de esgoto em sua comunidade. Muitos outros exemplos podem ser citados, mas foram os protestos do condado de Warren que consolidaram a atenção nacional, elevando o alcance da noção de que a proliferação de instalações tóxicas em comunidades não brancas é racismo ambiental (HARVEY, 2009; SOJA, 2010; ATHANASSAKIS, 2018).

O movimento por justiça ambiental, então, uniu discursos de saúde pública, direitos humanos e civis, antirracismo, justiça social e sustentabilidade ecológica com táticas como desobediência civil. Protestos públicos e ações judiciais foram organizados para evitar a construção ou expansão de instalações e empreendimentos ambientalmente indesejados ou controversos, como aterros sanitários, incineradores, minas e plantas químicas (ATHANASSAKIS, 2018).

Os ativistas envolvidos também exigiam que os proprietários das instalações melhorassem sua segurança operacional, reduzissem os níveis de poluição e fornecessem benefícios econômicos às comunidades afetadas, sob ameaça de serem fechados. Esse

movimento buscou integrar abertamente campanhas por justiça em favor de seres humanos vulneráveis com o objetivo de sustentabilidade ecológica (SOJA, 2010; ATHANASSAKIS, 2018).

Desde os primórdios do movimento, ativistas buscaram justiça ambiental não apenas protestando ou demandando o encerramento das atividades poluidoras, mas também exigindo mudanças, criando acesso a espaços verdes, reivindicando a viabilização de alimentação saudável e acessível e o aumento da segurança comunitária nos bairros. Assim, mesmo em seu período neófito, o movimento por justiça ambiental articulou uma visão transformadora de um futuro socialmente justo e ecologicamente sustentável nas escalas local, regional, nacional e global (ACSELRAD, 2012; RAMMÊ, 2012).

O movimento pela justiça ambiental é composto, em grande parte, por pessoas de comunidades não brancas, premente dentre elas o movimento negro e de povos indígenas, bem como por comunidades da classe trabalhadora que estão focadas no combate à injustiça e racismo ambientais e às desigualdades de gênero e classe que se manifestam mais visivelmente na carga desproporcional de danos ambientais enfrentados por essas populações. Para o movimento por justiça ambiental, a batalha pela sustentabilidade global não pode ser vencida sem abordar a violência ambiental imposta às populações humanas vulneráveis; assim, a justiça social (isto é, a justiça para os humanos) é inseparável da proteção ambiental (ACSELRAD, 2012; RAMMÊ, 2012).

É necessário pontuar que no cenário de uma hegemonia de mercado e de afastamento da presença estatal, o Estado figura como um fiador para ambos os lados desta narrativa, pois é o principal agente de gestão ambiental e regulação social. O poder estatal, portanto, seria disputado tanto pelos interesses dominantes como pelas demandas sociais dos dominados. Importante frisar que a preponderância do pensamento neoliberal atua também como uma reconfiguração da ação estatal porque introduz a lógica da empresa privada na esfera de gestão pública. A resultante disto pode ser interpretada como uma atuação estatal norteadada pelo favorecimento dos interesses dominantes, seja por ação ou por omissão (ACSELRAD, 2012; SAFATLE; DA SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021).

Uma vez que o agronegócio figura como um sustentáculo da economia brasileira, vê-se que setores públicos e privados se confundem e interesses e agendas econômicas e políticas se misturam. A Associação dos Produtores de Soja do Brasil e Associação Brasileira dos

Produtores de Milho são as principais mantenedoras do *think tank*² Instituto Pensar Agro (IPA). Este instituto financia a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), caracterizando um lobby institucionalizado dentro do Congresso Nacional. Esta representatividade formaliza politicamente agendas submersas, como a criminalização de movimentos do campo e a tipificação de movimentos de sem-terra como terroristas, dentre outras (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018).

Hopwood (2011), em seu mapeamento das visões sobre DS, situa o movimento por justiça ambiental na divisão entre a posição reformista e a transformadora, oferecendo, assim, uma perspectiva radical para o reformismo, mas moderada quanto à transformação. O escopo teórico utilizado por esta pesquisa dialoga, portanto, com esta perspectiva, buscando a compreensão das crises ecossistêmicas em relação às raízes de suas causas, ao seu potencial destrutivo e às estratégias necessárias para seu enfrentamento. Reconhece-se, ainda, que se trata de um campo dissensual e em disputa pelo seu significado, muito embora haja uma tendência conservadora, mantida pela hegemonia, que é visível nas políticas públicas, na economia, nos espaços e na cultura.

2.2 NEOLIBERALISMO, SOBRE SUA GÊNESE E SUA (IN)EXISTÊNCIA

Neste tópico, aborda-se a noção de neoliberalismo que será retomada ao longo do trabalho. Será apresentada também uma breve síntese histórica sobre esta noção e uma análise da fundamentação do termo.

Neoliberalismo é um conceito debatido em tal extensão que sua própria existência é discutida na seara da economia, sendo (re)discutido pelas ciências humanas como um fenômeno também de ordem antropológica. Na terminologia atual, o termo “neoliberalismo” refere-se, principalmente, a certas políticas econômicas e políticas iniciadas na década de 1970, e que marcaram uma ruptura com os princípios keynesianos e o liberalismo clássico. A exemplo do Chile após a instituição de uma ditadura militar em 1973, do Reino Unido com a eleição de Margaret Thatcher em 1979 e dos Estados Unidos após a posse de Ronald Reagan em 1981 — eventos estes que são frequentemente considerados os principais laboratórios das ditas políticas neoliberais (STIGLITZ, 2020).

² Sendo estas entidades dedicadas a produzir e disseminar conhecimento sobre diversos temas, sejam eles políticos, econômicos e relacionados à produção de conhecimento científico.

Notadamente, dois laureados com o Prêmio Nobel de Economia, Milton Friedman e Friedrich Hayek inspiraram essas políticas. Friedman contribuiu com o programa de Reagan – ex-presidente dos Estados Unidos da América - e ingressou em seu comitê econômico após a sua eleição, enquanto Thatcher — ex-primeira-ministra do Reino Unido — afirmou que, enquanto estudante, foi profundamente inspirada pelo pensamento de Hayek e reconheceu essa influência em seu engajamento político. Ambos os economistas se reuniram com Augusto Pinochet e apoiaram sua política econômica após o golpe militar chileno de 1973. Outras instituições extremamente influentes, como a *Mont Pelerin Society* (da qual Hayek foi eleito presidente em 1947) e a *Chicago School of Economics* (da qual Friedman foi o representante mais conhecido), contribuíram ativamente para a promoção e legitimação acadêmica desta doutrina que inspirou a maioria das políticas econômicas conduzidas nas décadas de 1980 e 1990 em todo o mundo (STIGLITZ, 2020; FISHER, 2020).

Essa mudança neoliberal foi implementada de forma autônoma pelos países ou por meio de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Quando estas entidades intervêm em países acometidos por crises monetárias e financeiras ou em busca de financiamento para o desenvolvimento de sua infraestrutura, o FMI e o BM impõem estritas condições aos empréstimos que concedem. Assim, uma vez no poder, Thatcher e Reagan ajudaram a orientar as ações de ambas as instituições para que seguissem políticas alinhadas aos seus princípios. Na época, uma série de crises de endividamento surgiu nos países em desenvolvimento, particularmente na América Latina. O aumento das taxas de juros dos EUA e o aumento do dólar tornaram as dívidas externas insustentáveis, forçando os países afetados a recorrerem ao FMI. Essa situação criou uma oportunidade específica que foi usada para impor uma mudança nas políticas econômicas. As organizações econômicas internacionais puderam implementar “planos de ajuste estrutural”, os quais foram, em grande parte, inspirados nos princípios neoliberais estabelecidos como condições para sua ajuda (STIGLITZ, 2020; FISHER, 2020).

No continente europeu, o Ato Único Europeu de 1986 e o Tratado de Maastricht (1992) colocaram os países da Comunidade Econômica Europeia (depois renomeada União Europeia) em um caminho neoliberal. O Tratado de Maastricht apresentou um plano para a criação do euro, estabeleceu um conjunto de “critérios de convergência” que exigiam que os países que pretendessem se qualificar para a moeda unificada tivessem uma taxa de inflação baixa, uma dívida pública inferior a 60% do PIB e um déficit público inferior a 3% do PIB. Estas regras orçamentais foram posteriormente reafirmadas pelo Tratado de Amsterdam (1997) e reforçadas

no início dos anos 2010. O resultado é uma arquitetura que impõe uma disciplina orçamentária semelhante à preconizada pelo Consenso de Washington, ponto que será tratado a seguir (WILLIAMSON, 2004).

Desde a década de 1980, as reformas exigidas pelas instituições internacionais eram tão semelhantes que o economista britânico John Williamson, que trabalhava no Banco Mundial, as descreveu, em 1989, como o “Consenso de Washington”, fazendo referência à cidade onde as instituições estavam sediadas (WILLIAMSON, 2004).

Williamson (2004) destaca que o consenso de Washington pode ser definido em dez pontos. Os três primeiros dizem respeito às políticas orçamentais e fiscais. As instituições de Washington exigem disciplina orçamentária e redução dos déficits públicos; a tributação deve ser reformada para evitar alíquotas marginais excessivas e número excessivo de isenções; os gastos públicos devem se concentrar no que promove o crescimento, a educação e o investimento, bem como na assistência aos mais pobres. Os quatro pontos seguintes dizem respeito à regulação financeira e ao comércio externo. As taxas de juros e de câmbio devem ser determinadas pelos mercados financeiros; a circulação de capitais deve ser liberalizada especificamente no que diz respeito ao investimento estrangeiro; o país deve se abrir ao comércio exterior removendo todas as restrições quantitativas e impondo tarifas baixas e uniformes. As três últimas medidas dizem respeito às reformas estruturais e ao papel do Estado. Estas incluem a implementação de programas de privatização, a remoção de regulamentações que impedem a concorrência e o fortalecimento dos direitos de propriedade (WILLIAMSON, 2004).

Deve-se acrescentar que essas políticas também visam permitir uma “flexibilização” do mercado de trabalho, além de reformas em assistências previdenciárias para que benefícios sociais mínimos ou pagamentos de seguro desemprego, considerados excessivamente generosos, não “desincentivem” as pessoas a voltar ao trabalho (WILLIAMSON, 2004; STIGLITZ, FISHER, 2020).

É interessante notar a estreita semelhança entre as reformas de ajuste estrutural que o FMI geralmente implementa para os países em desenvolvimento e as políticas que a União Europeia frequentemente impõe a seus membros. O fato de que dois conjuntos semelhantes de reformas possam ter sido realizados em contextos tão diferentes demonstra que eles têm razões comuns.

Nesse sentido, as chamadas políticas neoliberais têm coerência doutrinária. Eles emanam de um conjunto de crenças e de uma certa visão do mundo. Portanto, cabe perguntar, quais são seus princípios?

A resposta mais comum é que o neoliberalismo é a doutrina daqueles que querem diminuir o papel do Estado na economia para deixar os mecanismos de mercado operarem espontaneamente. Essa doutrina pressupõe que os mercados livres são naturalmente eficientes enquanto as intervenções políticas, por distorcerem a ordem do mercado, têm sistematicamente efeitos negativos a longo prazo. Assim, nas palavras de Stiglitz (2020), estamos lidando com o “fundamentalismo de mercado”:

Muitos críticos dos pontos de vista que apresentei neste livro combinam um ceticismo em relação ao governo com uma fé abrangente – e injustificada – nos mercados. Anteriormente, eu me referi à noção de fundamentalismo de mercado (**às vezes também chamado de neoliberalismo**): as ideias de que mercados sem restrições por conta própria eram eficientes e estáveis, e que se apenas deixássemos que os mercados façam suas maravilhas e façam a economia crescer, todos se beneficiariam (chamado de economia de gotejamento) (STIGLITZ, 2020, p. 89, grifo nosso).

No entanto, se o neoliberalismo é a crença em mercados eficientes, por que adicionar o prefixo “neo” ao termo liberal? Afinal, a ideia da “mão invisível” foi amplamente compartilhada pelos economistas do século XIX, e o princípio do “*laissez-faire*” (expressão francesa que significa “deixar fazer”) tem suas raízes nas recomendações dos economistas franceses que remontam ao século XVIII (WILLIAMSON, 2004; STIGLITZ, 2020; FISHER, 2020).

Nessa ótica, as doutrinas neoliberais são uma coleção de teorias baseadas em valores e princípios comuns, em vez de um programa político unificado baseado em uma única abordagem teórica e metodológica. A coerência do neoliberalismo está mais no campo dos valores e na lógica comum das propostas e reformas práticas do que no quadro teórico que as justifica. O neoliberalismo não é, portanto, uma teoria, mas uma “governamentalidade”, para usar a expressão de Michel Foucault. É uma forma específica de conceber e exercer o poder que se baseia num conjunto de doutrinas e teorias cuja coerência reside, sobretudo, em alguns grandes princípios unificadores (FOUCAULT, 2008).

Uma das perspectivas remeteria a construção de uma sociedade regida por uma dupla norma, de um lado a ideia da concorrência, e de outro lado a ideia de um modelo de gestão de empresa privada. Esses dois pontos, que caracterizam um modelo de mercado, permitem que o neoliberalismo construa não só mercados em si, mas que introduza a lógica do mercado em outras esferas da vida, inserindo a concorrência e a lógica da gestão de empresa privada em

todo tipo de instituição, seja pública ou privada, e também alavancando a possibilidade de transformar sujeitos em empreendedores de si mesmos (SAFATLE; DA SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021).

Ao enfatizar a questão da concorrência, o neoliberalismo se propõe a construir uma sociedade de mercado. No liberalismo clássico, o mercado era visto como limite para intervenção do Estado, já no neoliberalismo, o mercado fundamenta a própria racionalidade política do Estado (DARDOT; LAVAL, 2016).

O tipo de sujeito humano produzido por ambos sistemas também difere. No liberalismo clássico, o sujeito é um sujeito de necessidades e interesses — o sujeito da troca. No neoliberalismo, há o sujeito da concorrência que precisa fazer investimentos em si mesmo e se vender no mercado (DARDOT; LAVAL, 2016; CASARA, 2021).

2.3 PODER SIMBÓLICO, CULTURA LEGÍTIMA E LUTA DE CLASSES NO CAMPO

Neste tópico são discutidos conceitos que servirão de esteio para compreender o papel do campesinato e da própria agroecologia na disputa simbólica com o modelo agrícola tradicional pela definição dominante de agricultura sustentável, bem como o papel do próprio MST na luta pela terra e o significado desta na luta de classes.

Bourdieu (2012) faz uma extrapolação a partir de Marx, reconhecendo que existe uma determinação econômica relacionada ao trabalho, relativa a deter os meios de produção ou não, mas o autor propõe que há também uma dimensão simbólica e que considerá-la apenas como ideologia seria insuficiente. Entende-se que a questão da dominação, para Bourdieu (2007, 2012), não é apenas relativa ao acesso aos bens materiais e de consumo, mas diz respeito a quanto acesso as pessoas têm aos bens simbólicos, ou seja, informações, experiências e conhecimentos que dão acesso a posições de maior poder.

Os conhecimentos passados têm legitimidade simbólica, jurídica e econômica, dentre outras. Existe, então, uma ideia de chancela institucional da transmissão de conhecimentos a partir do chamado poder simbólico. Sendo este a possibilidade de chancelar ou validar institucionalmente a legitimidade de uma cultura, fazendo com que seja universalizada — para o todo da sociedade — como legítima. Portanto, trata-se de em que medida certos grupos conseguem — em disputas dentro de seu campo de atuação — fazer com que seu conhecimento ou a cultura própria, típica ou específica seja validada não só para o próprio grupo, mas para os

demais membros da sociedade, revelando, assim, a estatura de seu poder simbólico (BOURDIEU, 2007, 2012).

A cultura legítima seria, então, a fração da cultura de uma sociedade que dá acesso a posições de maior poder simbólico. Essa cultura legítima, ao garantir acesso a bens materiais, direitos, posições de poder e de classe, se torna imposta sobre a sociedade. Mas para além da imposição de si mesma, ela produz a deslegitimação das culturas que, por sua vez, não são elevadas ao patamar de legítimas. Cria-se, assim, uma hierarquia na qual a cultura legitimada corresponde à uma cultura de um grupo dominante. Entretanto, impende salientar que a proposta de Bourdieu sobre um grupo dominante faz referência a um setor específico dentro de uma coletividade, diferente de uma classe dominante, que se referiria à burguesia em si (BOURDIEU, 2007, 2012).

Essa cultura legítima é propagada por meio de mecanismos de dominação como as mídias, arte, religião, dentre outros. A partir desta lógica, práticas agrícolas encampadas pelo agronegócio são consideradas como o estado da arte daquele campo de conhecimento, enquanto outras visões são marginalizadas e percebidas apenas como pensamentos alternativos (BOURDIEU, 2007, 2012).

Expostos preliminarmente alguns conceitos centrais para entender o papel do simbólico na construção de uma noção hegemônica que carrega a definição dominante das coisas. Considera-se de que maneira culturas e conhecimentos tidos como legítimos podem ser “apenas” saberes formalmente validados e vigentes em razão de refletirem um grupo social dominante, fazendo-se necessário, portanto, situar esta relação de tensões no fenômeno social do qual elas advêm, a luta de classes.

Dentre as metáforas mais contundentes atribuídas à obra marxista está a que se refere à luta de classes como “a força motriz da história”. A suposição feita aqui – um princípio fundamental do materialismo histórico – é a de que em cada avanço no desenvolvimento capitalista das forças de produção pode ser encontrada uma mudança correspondente nas relações sociais de produção dominantes, bem como na correlação de forças na luta de classes. Em cada conjuntura particular da luta de classes, as forças de mudança, que são desencadeadas no processo de desenvolvimento capitalista, podem ser mobilizadas para a direita ou para a esquerda, dependendo da força relativa das classes em luta – o equilíbrio do poder de classe no nível nacional ou regional (DAL MASO, 2021).

Nos próximos subcapítulos, analisaremos o papel central de movimentos sociais rurais, e da própria agroecologia, como ferramenta de disputa na correlação de forças da luta de classes no processo de desenvolvimento capitalista que se desenrola na América Latina e no Brasil.

2.3.1 Movimentos Sociais Rurais e Agroecologia

No início do século XXI, as áreas rurais do mundo constituem espaços fortemente disputados por diferentes atores com interesses opostos. Organizações e movimentos sociais de populações rurais como pescadores artesanais, comunidades extrativistas, quilombolas, camponeses, agricultores familiares, indígenas, trabalhadores rurais e sem-terra, usam cada vez mais a agroecologia (ROSSET *et al.*, 2011), a partir de sistemas agrícolas diversificados, como uma ferramenta de disputa, defesa, (re)configuração e transformação de espaços rurais contestados em territórios camponeses (FERNANDES, 2013; VAN DER PLOEG, 2018). Em contraste, o capital financeiro, as corporações transnacionais e os setores privados domésticos estão ocupando espaços com recursos naturais abundantes por meio de concentração fundiária para fins de latifúndios monocultores agrícolas e pecuários, mineração em larga escala, etc. (HOLT-GIMÉNEZ, 2011, 2017). Esses interesses corporativos, auxiliados por legislações e políticas de orientação neoliberal, agravaram o já existente e crescente problema de concentração de terras em muitos países do sul global, premente dentre eles o Brasil (ROSSET *et al.*, 2011).

Nas últimas décadas, as políticas neoliberais, caracterizadas pela desregulamentação, privatização, abertura de mercados e livre comércio, abriram caminhos para que o capital financeiro transnacional e as corporações transnacionais investissem com um olhar cada vez mais focado no sul global, especialmente com foco nos recursos naturais rurais. Isso está impulsionando um novo *boom* de safras de exportação, agrocombustíveis, mineração e plantações de monoculturas industriais (STÉDILE, 2011; ROSSET *et al.*, 2011).

A recente onda de investimento e capitalização, aliada à retração estatal que marca as décadas recentes, reforça a tensão entre o agronegócio, aliado a outros setores que exploram recursos rurais, e o campesinato, bem como outros povos rurais (FERNANDES, 2013), evidenciando, assim, que cada lado representa um modelo diferente de desenvolvimento e de modo de vida (SEN, 2017).

A agricultura camponesa segue um padrão tipicamente baseado em circuitos curtos e descentralizados de produção e consumo, com fortes ligações entre a produção de alimentos e

os ecossistemas e sociedades locais e regionais. O agronegócio, por outro lado, tem um padrão baseado em grandes corporações produtoras de insumos com uma produção descontextualizada e desvinculada das especificidades dos ecossistemas locais e das relações sociais (VAN DER PLOEG, 2018). Neste sistema, a produção e o consumo estão desvinculados no tempo e no espaço, enquanto as operações atuam em escala global, com alianças estratégicas entre fornecedores de insumos, comerciantes, redes de supermercados e instituições financeiras para, então, formar o que Van der Ploeg (2010; 2018) chama de impérios alimentares.

Movimentos sociais compostos por camponeses e outros povos rurais estão defendendo ativamente os espaços e contestando os interesses e práticas do agronegócio e outros atores do setor privado e seus aliados nos governos. Como o setor privado é transnacional por natureza, os movimentos sociais camponeses têm se organizado cada vez mais em alianças transnacionais, o exemplo maior e mais importante é a Via Campesina. A Via é uma aliança global de organizações de agricultores familiares, agricultores camponeses, povos indígenas, camponeses sem terra e trabalhadores agrícolas, mulheres e jovens rurais, representando pelo menos 200 milhões de famílias em todo o mundo (STÉDILE, 2011; ROSSET *et al.*, 2011).

A literatura aponta os componentes da sociedade civil como importantes atores no movimento por justiça ambiental. Diante da indissociabilidade entre degradação ambiental e injustiça social, e ante a já mencionada retração da presença estatal, resta a esses segmentos da sociedade civil organizar iniciativas de resistência ante as saídas propostas pelo mercado como regulador das relações sociais e da justiça ambiental no campo. (ACSELRAD, 2012).

Para Acselrad (2012), a sociedade civil enfrentaria dificuldades de organização e resistência em virtude de conjunturas recessivas, de instabilidade sociopolítica e da própria assimetria de forças no interior da configuração social. Contudo, a organização faz-se necessária, a despeito dessa conjuntura negativa, pois se reconhece que esta instabilidade é também um projeto deliberado.

Tanto o agronegócio quanto os movimentos sociais rurais buscam reterritorializar os espaços, ou seja, (re)configurá-los para favorecer seus próprios interesses, sejam eles a extração máxima de lucros ou a defesa e construção de comunidades. Um aspecto fundamental é que isso envolve não apenas uma batalha pela terra em si, mas também uma batalha por e entre ideias.

Fernandes (2013), por exemplo, argumenta que classes e relações sociais geram diferentes territórios e espaços que se reproduzem em condições de conflito contínuo e, como resultado, existem espaços de dominação e espaços de resistência.

As disputas territoriais acontecem em todas as dimensões possíveis: econômica, social, política, cultural, teórica e ideológica. No caso do meio rural, isso gera disputas entre os movimentos de base sociais e o agronegócio, pelo que Fernandes (2013) chama de territórios materiais e imateriais.

A disputa por territórios materiais refere-se à luta para acessar, controlar, usar e modelar ou configurar a terra e o território físico composto por comunidades, infraestrutura, solo, água, biodiversidade, serviços ecossistêmicos, ar, montanhas, vales, planícies, rios e costas. Essa disputa pode ser visualizada como uma paisagem consistindo de um mosaico de fazendas camponesas diversificadas e misturadas com florestas administradas pela comunidade, contrastando com uma região desprovida de famílias, florestas ou biodiversidade, dedicada a enormes plantações de monoculturas de exportação baseadas em mão de obra contratada em vez de famílias de camponeses (ROSSET, 2021).

Para Fernandes (2013), o território imaterial refere-se ao terreno das ideias ou construções teóricas, de forma que não existem territórios materiais que não estejam associados a territórios imateriais. Portanto, a disputa por territórios reais e tangíveis e pelos recursos neles contidos anda, necessariamente, de mãos dadas com a disputa por territórios imateriais ou pelo espaço da ideologia e das ideias (HOLT-GIMÉNEZ *et al.*, 2021). A contestação de territórios imateriais é caracterizada pela formulação e defesa de representações sociais, conceitos, teorias, paradigmas e explicações, usados para convencer os outros e legitimar uma determinada percepção de mundo. Em outras palavras, o poder de interpretar e determinar a definição e o conteúdo dos conceitos é em si um território em disputa, visto que o poder de definir a percepção dominante se converte em um poder de atuação sobre o território de forma “legítima” (FERNANDES 2013; HOLT-GIMÉNEZ *et al.*, 2021).

O agronegócio e sua infraestrutura de apoio ideológico e financeiro que atuam nos organismos internacionais, nos governos, nos bancos, nos *think-tanks*, bem como nas agências de publicidade e nas mídias em geral, criam e apresentam uma linguagem de enquadramento de eficiência, modernidade, inovação tecnológica, produtividade, escalas econômicas, liberalização do comércio, mercados livres e a necessidade de alimentar o mundo. Enfim, o poder de construir o consenso necessário na sociedade para se obter controle sobre os territórios e (re)configurá-los para as necessidades da agricultura industrial e da obtenção de lucros (ROSSET, 2021).

Os movimentos sociais rurais respondem nesta batalha discursiva sobre territórios imateriais com argumentos baseados nos benefícios da agricultura agroecológica diversificada

de base familiar. Discutindo maneiras de alimentar o mundo com alimentos saudáveis produzidos localmente, proporcionando um bom manejo do ambiente rural, preservando o patrimônio cultural e o modo de vida do camponês ou da agricultura familiar e promovendo a resiliência diante da crise ambiental e climática (MACHÍN SOSA *et al.*, 2011).

Eles também fazem uma crítica ao agronegócio e à agricultura industrial por produzirem alimentos pouco saudáveis, destinados à exportação para produção de carnes, e por gerar desigualdade, gases de efeito estufa, fome, devastação ambiental, contaminação por organismos geneticamente modificados (OGM), envenenamento por pesticidas e destruição e perda de culturas rurais e meios de subsistência. Nessa luta para reconfigurar o território imaterial de ideias e ideologias, buscam reconstruir um consenso na sociedade para a defesa dos territórios materiais camponeses e indígenas contra a grilagem corporativa, bem como construir apoios para ocupações de terras por camponeses sem terra, e mudar as políticas públicas em direção à soberania alimentar, com base na reforma agrária, mercados locais e agricultura ecológica (STÉDILE, 2011; ROSSET *et al.*, 2011, 2021).

É importante notar que a agroecologia está desempenhando um papel cada vez mais central para esses movimentos sociais em ambas as arenas de disputa territorial.

No plano do território material, quando a terra é adquirida por meio de luta social e política, não raramente trata-se de uma terra degradada pelas técnicas de manejo do agronegócio. Importa mencionar que a terra pode ser degradada não apenas pelos atores do agronegócio, mas também por camponeses que usam práticas agrícolas convencionais causadoras de degradação ambiental significativa (HOLT-GIMÉNEZ *et al.*, 2021).

Diante dessa realidade, os camponeses organizados em movimentos sociais buscam encontrar maneiras de manejar e recuperar solos e agroecossistemas severamente degradados pelo uso indiscriminado de tecnologias da Revolução Verde, uma dessas maneiras sendo a agroecologia (SHIVA, 2016; HOLT-GIMÉNEZ *et al.*, 2021).

Na luta discursiva, os movimentos sociais contrastam a agricultura agroecológica de camponeses e agricultores familiares com as práticas destrutivas e alimentos pouco saudáveis produzidos pela agricultura industrial. Isso se torna mais difícil quando o agronegócio responde com táticas de rotulagem ou selagem orgânica, forçando os movimentos sociais a traçar distinções cada vez mais sutis e políticas entre a verdadeira agroecologia e o *greenwashing* corporativo (SHIVA, 2016).

Este contexto revela o porquê de os movimentos sociais promoverem e implementarem a agroecologia de uma forma politizada e ideológica muito mais intensamente do que outros

atores na esfera de práticas agrícolas alternativas, como organizações não governamentais (ONGs), pesquisadores, agências governamentais e empresas privadas (SHIVA, 2016).

Na defesa e/ou conquista do território material, por exemplo, por meio de ocupações de terras ou vitórias políticas em favor da redistribuição de terras, há uma tendência crescente de promover a agricultura agroecológica como parte da reconfiguração de um espaço como um território de agricultura claramente camponesa. Esta propagação da agricultura agroecológica faz parte da reconfiguração dos territórios materiais e imateriais (HOLT-GIMÉNEZ *et al.*, 2021).

Van der Ploeg (2018) apresentou uma proposição teórica sobre os camponeses de hoje. Mais do que definir camponês, ele define o que chama de condição camponesa ou princípio camponês, caracterizado pela luta constante pela construção da autonomia.

Central para a condição camponesa, então, é a luta pela autonomia que ocorre em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. Visa e se materializa como a criação e o desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerida, que por sua vez possibilita a existência dessas formas de coprodução do homem e da natureza viva que interagem com o mercado, bem como permite a sobrevivência e o fortalecimento de outras perspectivas que retroalimentam e fortalecem a base de recursos, [a condição camponesa] melhora o processo de coprodução, amplia a autonomia e, assim, reduz a dependência. [...] Por fim, estão presentes os padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2018, p. 78).

De acordo com o autor, os camponeses podem buscar a agroecologia na medida em que esta lhes permite fortalecer sua base de recursos e tornarem-se mais autônomos em relação aos mercados de insumos e crédito e, assim, ao endividamento, enquanto melhoram suas condições de vida. Essa movimentação acontece ao longo de um *continuum* da dependência para uma relativa autonomia e é um eixo do que Van der Ploeg (2018) chama de “*recampenização*” (FERNANDES, 2013).

Deve-se frisar que um eixo central desse campo dos agricultores sem terras é a conquista de terras e territórios do agronegócio e de outros grandes proprietários, seja por reforma agrária ou ocupações fundiárias.

Quando os agricultores passam por uma transição da agricultura dependente de insumos para a agroecologia baseada nos recursos locais, eles estão reforçando sua condição camponesa, sem necessariamente cultivar ojeriza a modernizações técnicas e tecnológicas compatíveis. As práticas agroecológicas são semelhantes e frequentemente baseadas nas práticas camponesas tradicionais associadas aos princípios científicos, de forma que nessa transição ocorre a reapreciação dos camponeses. Além disso, ao marcar a diferença entre as terras do agronegócio

e a agricultura ecológica nas terras recuperadas pelos camponeses, eles estão reconfigurando os territórios como territórios camponeses (FERNANDES, 2013; VAN DER PLOEG, 2018).

2.3.2 Agroecologia na Via Campesina

Cuba é onde a metodologia agroecológica teve seu primeiro grande impacto quando a Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANAP), membro da Via Campesina, a adotou com o objetivo consciente e explícito de construir um movimento popular pela agroecologia dentro de um cenário nacional (MACHÍN SOSA *et al.*, 2011; ROSSET *et al.*, 2011). Em menos de dez anos, o processo de transformação dos sistemas de produção em sistemas agrícolas agroecológicos integrados e diversificados se espalhou para mais de um terço de todas as famílias de camponeses em Cuba.

Durante o mesmo período em que os camponeses se tornaram agroecológicos, a contribuição total da produção camponesa para a produção nacional aumentou drasticamente, sobretudo com a redução do uso de produtos químicos agrícolas e da necessidade de aquisição de insumos não-agrícolas (representando maior autonomia para os produtores), dando às culturas maior resiliência aos choques climáticos. Processos similares passaram a ser vislumbrados na Índia, Zimbábue e Brasil (MACHÍN SOSA *et al.*, 2011; ALTIERI; TOLEDO 2011; ROSSET *et al.*, 2011).

Esses são exemplos que ilustram o crescente lugar discursivo e que lastreiam experiências empíricas da agroecologia na Via Campesina e suas organizações membros.

Uma vez que um programa nacional de sementes camponesas foi bem-sucedido em Cuba, onde os agricultores criam e selecionam suas próprias variedades, programas de menor escala foram desenvolvidos em outros países. A Via Campesina, por sua vez, organizou intercâmbios nacionais e internacionais para que os agricultores pudessem ver por si mesmos ("ver para crer") e aprender com os melhores casos, além de também identificar, documentar, analisar e compartilhar horizontalmente as lições dos melhores casos de agroecologia liderados por agricultores que pautam a soberania alimentar. A Via Campesina abriu escolas regionais de treinamento em agroecologia e/ou universidades camponesas na Venezuela, Paraguai, Brasil, Nicarágua, Indonésia, Índia, Moçambique, Zimbábue, Níger e Mali (MACHÍN SOSA *et al.*, 2011).

A Via também criou academias de treinamento de lideranças políticas em muitos países e em várias regiões para preparar os líderes camponeses para pressionar os governos em prol

das mudanças de política necessárias. Tomou também medidas para gerar engajamento de forma contínua, crítica e construtiva, atuando com formuladores de políticas amigáveis aos camponeses em governos locais em diversos países e com programas e funcionários selecionados em agências internacionais para promover a implementação de alternativas voltadas à agroecologia, ao agricultor e ao consumidor. Em países com governos e formuladores de políticas menos amigáveis, as organizações membros organizaram uma mobilização massiva de pressão política para encorajá-los a considerar alternativas com mais seriedade (STÉDILE, 2011; ROSSET *et al.*, 2011, 2021).

Este processo serviu a vários propósitos importantes até agora. Premente dentre eles perceber a quantidade de experiências com agroecologia e agricultura camponesa sustentável que estão atualmente em andamento dentro das organizações membros em nível nacional e internacional. A grande maioria das organizações ou já possui algum tipo de programa interno para promover a agroecologia ou está atualmente discutindo como criar um projeto de agroecologia. Outro propósito para o qual esses intercâmbios têm servido é o de elaborar planos de trabalho detalhados para apoiar essas experiências em andamento e ligá-las umas às outras em um processo horizontal de troca e aprendizagem. Este também tem sido um espaço para construir coletivamente uma visão compartilhada do que a agroecologia significa para a Via Campesina; sendo uma filosofia, um conteúdo político, um modo de produção sustentável e um raciocínio que une as suas organizações.

Martínez-Torres (2012) analisou também o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, que é uma das organizações camponesas mais importantes e militantes das Américas, e um dos principais membros da Via Campesina, o qual será analisado de maneira mais aprofundada adiante.

Importa delinear que utilizamos a noção dada por Ghizelini e Araguão (2019, p. 94) a respeito das diferenças entre agricultura familiar e campesinato, sendo este último o cerne desta pesquisa por se tratar de uma categoria conceitual central ao MST. “A agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, mas o campesinato é uma forma de agricultura familiar, mas nem toda agricultura familiar é a expressão do modo de vida camponês”.

2.4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – AÇÃO COLETIVA NA SOCIEDADE CIVIL

Movimentos sociais bem constituídos são vistos como protagonistas necessários no movimento pela justiça ambiental, assim como na ordem democrática, no estado democrático de direito. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é um exemplo de ambientalização da luta social aqui tratada (ACSELRAD, 1997, 2013; GOHN, 2011).

No final da década de 1980, a reforma agrária parecia quase morta no Brasil. Após duas décadas de ditadura militar conservadora, a chamada redemocratização, que ocorreu em 1985, foi amplamente vista como uma oportunidade de finalmente reestruturar o sistema de posse de terra rural do país, um dos mais desiguais do mundo. Contudo, as presidências que se seguiram deram pouca atenção a esta pauta, a qual foi reacendida por organizações civis de camponeses, elevando a questão da concentração fundiária agrária a outro patamar midiático (STÉDILE, 2011).

Ao mesmo tempo em que a reforma agrária explodia como questão pública e política de estado, os protestos populares pela redistribuição de terras passavam a se expandir no campo em um ritmo sem precedentes. As ocupações de terra, grande tática do movimento pela reforma agrária, vinham crescendo gradativamente em número desde o início de 1990. Em 1996, elas se multiplicaram e continuaram a crescer nos anos subsequentes. No final da década de 1990, mais de cinquenta mil famílias estavam reunidas em acampamentos improvisados em terras ocupadas ou à beira de estradas públicas, aguardando assentamento do governo federal (STÉDILE, 2011).

No centro da atividade de protesto estava o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Criado em 1984 no sul do país, o MST se expandiu gradativamente na década seguinte, tornando-se um ator de âmbito nacional, embora conhecido por relativamente poucos brasileiros. Durante a segunda metade da década de 1990, com a explosão de protestos e cobertura da mídia, o MST emergiu como uma grande força política e se tornou praticamente uma expressão familiar. Para ativistas políticos progressistas, tanto no Brasil quanto no exterior, o movimento tornou-se um símbolo de resistência popular às condições sociais opressoras e de rejeição ao programa neoliberal de contenção do Estado (STÉDILE, 2011).

O dramático ressurgimento da questão agrária no Brasil na segunda metade da década de 1990 ressalta dois aspectos importantes da dinâmica dos movimentos sociais. O primeiro, é a capacidade de um movimento de protesto popular bem organizado impedir que uma questão desapareça da agenda política nacional, apesar dos melhores esforços das elites poderosas. Por meio de sua determinação e de táticas inovadoras, os sem-terra conseguiram manter viva a chama da reforma agrária. O ressurgimento da questão agrária, porém, também ressalta o

segundo aspecto igualmente importante. A intensidade e o impacto da atividade de protesto, e este como um instrumento de disputa simbólica pelo imaginário social. O crescimento explosivo das ocupações de terra e a ascensão do MST ao status de ator político de destaque foram produtos não apenas da persistência do movimento, mas também de mudanças no ambiente político mais amplo sobre o qual os ativistas envolvidos tinham pouco controle. Isso inclui mudanças nas coalizões de governo nacional em direção a contextos menos conservadores e mais urbanos, ocorridas no início dos anos 1990, também conhecidas como maré rosa (SANTOS, 2018), e uma rápida transformação na percepção do público brasileiro sobre a urgência do problema do acesso à terra.

O MST foi criado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel-PR, e seus integrantes historicamente recorrem a um leque de ações, como ocupação de órgãos públicos, greves de fome, passeatas em cidades, marchas ao longo de rodovias, bem como o bloqueio destas, e a mais característica, a ocupação de terras improdutivas por famílias de forma organizada (FERNANDES, 2013).

Salienta-se que o momento histórico acima foi apenas a culminação de uma série de eventos iniciados anos antes que faziam a resistência à Revolução Verde, um modelo de modernização pautado na mecanização agrícola, no uso de agrotóxicos e no aprimoramento genético de sementes. Um período também chamado de modernização conservadora da agricultura brasileira (SHIVA, 2016).

A subsunção (ou subordinação) formal da agricultura à indústria era gradualmente transformada em subsunção real, por meio da articulação de tecnologias e práticas que, quando disseminadas aos países periféricos, ficariam conhecidas como Revolução Verde.

Esse processo aprofundou a divisão do trabalho entre campo e cidade, entre concepção e execução, acelerando a fragmentação dos conhecimentos. Aprofundou também a alienação do trabalho, desconectando-o das necessidades humanas e provocando estranhamento na relação com a natureza.

As consequências negativas da Revolução Verde tornaram-se cada vez mais explícitas e difíceis de ignorar. Primavera silenciosa, publicado por Rachel Carson em 1962, foi um marco na denúncia dos efeitos dos agrotóxicos sobre o ambiente e a saúde humana, e influenciou de maneira ampla todo o movimento da contracultura das décadas de 1960 e 1970, período em que também se multiplicaram as pesquisas a respeito dos sistemas tradicionais de agricultura camponesa e indígena.

Nesse contexto de contestações, uma série de movimentos políticos, acadêmicos e camponeses intensificaram críticas e retomaram as potencialidades anteriores à Revolução Verde, demarcando um processo tecnológico e de práticas agrícolas que se contrapunha à agricultura industrial, cada vez mais dominante (DIAS *et al.*, 2021, p. 62).

Essa modernização resultou em uma precarização das condições de vida dos pequenos agricultores e acirrou a concentração fundiária, gerando uma efervescência entre camponeses

descontentes. Esses camponeses se encontraram em reuniões promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e passaram a se organizar coletivamente (STÉDILE, 2011; FERNANDES, 2013).

Como falado, a ação mais característica do MST é a ocupação de terras enquanto uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato, de maneira que a ocupação de propriedades territorializa o MST (FERNANDES, 2013).

O Movimento aproxima-se da questão ambiental uma vez que a terra, considerada como recurso natural, é desproporcionalmente distribuída (ACSELRAD, 2012). Este também se afina à temática da Agroecologia como bandeira de luta a partir de seus posicionamentos institucionais em congressos nacionais, conforme atesta a Proposta de Reforma Agrária Popular (2009).

Para além de protestos e demais táticas utilizadas historicamente pelo MST, a própria aproximação do movimento para com a temática ambiental e a agroecologia são também instrumentos de disputa, pois contrastam com os modelos de produção defendidos pelos seus oponentes sociopolíticos e com um imaginário neoliberal edificado e consolidado como hegemônico. Dessa maneira, a incorporação da agroecologia enquanto norteadora de uma cultura camponesa, aqui ativando-se o conceito de cultura de Roque Laraia (2001) como sendo a forma de se fazer as coisas, equipa o MST para a disputa simbólica sobre o próprio pensamento de como ocupar e trabalhar a terra.

Leff (2015) apontou, na história recente, o MST – assim como o movimento zapatista EZLN – como o mais marcante movimento de associação camponesa na busca por uma reapropriação social da natureza, visto que uniu princípios agroecológicos à sua luta social, visando um manejo sustentável dos recursos, restauração de riqueza florestal e biodiversidade das matas e a sua própria sobrevivência e manutenção de condições de vida.

2.5 AGROECOLOGIA

Nos últimos dez mil anos, a humanidade cultivou ecologicamente. Os sistemas e ciclos da natureza dão origem à renovação, reprodução e diversidade. Esses sistemas sustentáveis não são estagnados ou estáticos; eles estão em constante evolução. Dentro desses sistemas ecológicos, a agricultura orgânica prosperou (SEN, 2017).

Shiva (2016) resgata a visão de autores europeus que são, em sua visão, vetores de um pensamento colonizador, como Sir Albert Howard (apud SHIVA, 2016, p. 64), um marco

histórico da agricultura sustentável moderna que, em 1943, escreveu sobre a Índia e a China: “As práticas agrícolas do Oriente passaram no teste supremo, são quase tão permanentes quanto as da floresta primitiva, da pradaria ou o próprio oceano”. O que é interessante nessa declaração é que mesmo um olhar colonizador não pôde encontrar deficiências nesses sistemas de cultivo. Salientando que, ao contrário da opinião comum, a fome na época da citação de Sir Howard ocorreu não porque os sistemas agrícolas indígenas não produziam alimentos abundantes, mas por causa da exploração colonial, como é evidenciado pela grande fome de Bengala em 1943 (SEN, 2003).

Nos últimos cinquenta anos, entretanto, algo mudou. Esses anos têm sido um experimento de curta duração com agricultura de uso intensivo de produtos químicos, máquinas, água e capital. Salientando-se que, ainda que não se usasse os insumos e máquinas industriais, a agricultura colonial no Brasil e mundo afora já primava pelo latifúndio monocultor com todas as suas implicações – desmate, esgotamento dos solos, dentre outros. Esta nova agricultura, que viria a ser rotulada como “convencional”, substituiu os fundamentos ecológicos da agricultura e estabelece novos paradigmas de conhecimento que podem ser correlacionados com atuais cenários de degradação de ambientes naturais e sociais e com a insegurança alimentar presente em boa parte mundo.

Dado que sistemas autossustentáveis já existem há milênios, como essa agricultura ecologicamente discutível se tornou o paradigma dominante para abordar a agricultura em todo o mundo? Para responder a essa pergunta, devemos olhar as formas de pensar - os paradigmas do conhecimento - que deram origem a essa nova agricultura (SHIVA, 2016).

Todos os sistemas científicos são enquadrados por paradigmas de conhecimento. Isso também é verdade para a ciência e tecnologia usadas na agricultura. As ferramentas tecnológicas para a produção de alimentos não existem independentemente do paradigma do conhecimento do qual fazem parte, e a sofisticação e a sustentabilidade de um sistema agrícola dependem da sofisticação do paradigma do conhecimento que o rege (SEN, 2017).

A agricultura tradicional e a agricultura orgânica têm suas raízes em várias vertentes do conhecimento coletivamente reconhecidas como o emergente paradigma de conhecimento da agroecologia. A agroecologia leva em consideração a interconexão entre a vida e os processos complexos que ocorrem na natureza. O conhecimento agroecológico, comprovado ao longo dos séculos, evoluído em diversos ecossistemas e culturas, está agora sendo reforçado pelas últimas descobertas da ciência moderna. Tudo isso tem contribuído para o surgimento da agroecologia como um paradigma científico amplamente reconhecido (GLIESSMAN, 2019).

O que atualmente chamamos de agroecologia tem sua origem nas práticas camponesas e dos povos originários ao longo de aproximadamente 12 mil anos de criação e recriação das 'agri-culturas', as quais se encontraram, dialeticamente, com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII, em um processo de tensões, saltos e regressões. Resulta igualmente das contradições do próprio capitalismo (que para se reproduzir, degrada as bases materiais de produção: a natureza e o trabalho/trabalhador) e das lutas e processos históricos de resistência dos camponeses e povos originários contra seu avanço no campo. Somente a partir do século XX esse processo passou a ser sistematizado e organizado como um corpo próprio de conhecimentos científicos, adquirindo maiores contornos de luta política no início do século XXI, com organizações da sociedade civil, destacando-se os movimentos camponeses (DIAS *et al.*, 2021, p. 60).

Portanto, a palavra agroecologia é usada para se referir tanto a uma ciência quanto a um movimento e uma prática. Em um livro escrito para a Via Campesina, Machín Sosa *et al.* (2011, p. 69) aduz:

Para muitos, a agroecologia é uma ciência: a ciência que estuda e tenta explicar o funcionamento dos agroecossistemas. Para outros, a palavra agroecologia se refere aos princípios - não às receitas - que orientam as práticas agronômicas e produtivas que permitem a produção de alimentos e fibras sem agrotóxicos (...). Para os movimentos sociais que integram a Via Campesina, o conceito de agroecologia vai muito além do que princípios produtivos ecológicos. Além desses, a Via incorpora princípios e objetivos sociais, culturais e políticos em seu conceito de agroecologia.

A literatura aponta a existência de utilizações errôneas do termo agroecologia: como uma política pública, um modelo tecnológico ou um estilo de vida. Contudo, a agroecologia deve ser vista como um campo do conhecimento de caráter multidisciplinar que utiliza os agroecossistemas como objeto de estudo. Este campo engloba ecologia, agronomia, antropologia e outras ciências que, aliadas aos saberes tradicionais, buscam estudar, avaliar e gerir estes agroecossistemas, de modo a realizar um manejo de produção sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2014; ALTIERI, 2012, 2018). Leff (2002, p. 37) também considera que:

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas. (...)

A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentância e a segurança alimentar das comunidades rurais.

Um agroecossistema com suas variáveis ambientais equilibradas e com condições que garantam resiliência às plantas permite que elas se recuperem após a perturbação causada pela atividade produtiva. Esta última, mesmo utilizando medidas que aumentem o estresse ao agroecossistema, pode ser realizada sem causar danos irreparáveis. Neste sentido, a agroecologia visa oferecer as bases teóricas e metodológicas para permitir uma produção sustentável (ALTIERI, 2012, 2018). Para Caporal e Costabeber:

Resumindo, a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável. É preciso deixar claro, porém, que a Agroecologia não oferece, por exemplo, uma teoria sobre Desenvolvimento Rural, sobre Metodologias Participativas e, tampouco, sobre métodos para a construção e validação do conhecimento técnico. Mas busca nos conhecimentos e experiências já acumuladas (...) um método de intervenção que, além de manter coerência com suas bases epistemológicas, contribua na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13).

Shiva (2016, 2020) aduz que em um sistema agroecológico existem três economias coexistentes: economia da natureza, economia das pessoas e economia de mercado. Juntas, elas formam uma economia de sustentabilidade. A economia da natureza inclui a biodiversidade, a fertilidade do solo e a conservação da água, que juntas fornecem as bases ecológicas das quais a agricultura depende. A economia das pessoas é uma economia do sustento, na qual as comunidades produzem o que é necessário e cuidam umas das outras. E, finalmente, a economia de mercado envolve trocas e interações entre indivíduos.

O equilíbrio entre essas economias suscitadas por Shiva (2016, 2020) geraria um incremento de produtividade, corroborando com a ideia da agroecologia como alternativa ao modelo de produção agrícola convencional. Além do mais, a agroecologia é um sistema holístico, que busca trabalhar o todo e suas interações, possuindo princípios e buscando agir nas dimensões ambiental, social e cultural, econômica, política, as quais geram diferentes impactos positivos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

É necessário salientar que compõe a constelação de saberes agroecológicos a transição dos modelos hegemônicos para modelos fundamentados em agroecologia. Durante a transição agroecológica, busca-se renovar o sistema produtivo eliminando e substituindo os elementos prejudiciais da agricultura convencional por outros agroecológicos.

Além disso, existe uma crescente comunidade acadêmica que depõe em favor do potencial produtivo de métodos agroecológicos, desde que sanadas questões sociais essenciais.

Conforme assevera o economista e ambientalista Jean Marc von der Weid (*in* UFFRJ 2016, p. 20, grifo nosso):

Esses produtores baseados na agroquímica, nas espécies transgênicas e na motomecanização pesada estão fadados ao desaparecimento devido à sua dependência por insumos cujas reservas estão se acabando e pelo efeito destruidor de suas práticas sobre os solos, a água e a biodiversidade. **A agroecologia opera na escala da produção familiar diversificada e serão necessários muitos mais agricultores no futuro se quisermos garantir as promessas da agroecologia. Isso significa, no Brasil, a necessidade da intensificação da Reforma Agrária numa escala ainda não imaginada.** Nos Estados Unidos cientistas calculam que serão necessários 40 milhões de agricultores para garantir o abastecimento do país em bases agroecológicas. Se nos EUA essa conversão seria muito traumática e longa, no Brasil ainda temos uma demanda por terras reprimida e o potencial para dobrar o número de agricultores familiares em uma geração se adotadas as políticas necessárias.

Nesse sentido, é necessário mencionar a questão do êxodo rural, pois o empobrecimento rural que desloca os trabalhadores do campo para as cidades inviabiliza a continuidade de produções familiares diversificadas. De acordo com Luz (2002) em análise do Seridó paraibano:

Em termos de população rural observa-se uma tendência de declínio, a partir de 1980, chegando a registrar seu índice mais expressivo (-53,74%) entre 1980/1981. Mesmo sabendo-se que essa é uma tendência da dinâmica populacional brasileira (...). Outras modificações ocorreram nas relações trabalhistas, via disseminação do trabalho assalariado no campo. Antigas relações de trabalho como a parceria foram preteridas ante o assalariamento da mão de obra, ampliando as dificuldades de permanência do pequeno produtor no campo. Diante das reduzidíssimas possibilidades de permanência do trabalhador no campo, a vinda para a cidade afigurou-se como alternativa. Nesse momento, as significativas proporções que a migração rural-urbana assumiu permitiram a confirmação de um verdadeiro êxodo rural (LUZ, 2002, p. 18).

2.5.1 Agroecologia enquanto uma abordagem participativa, transdisciplinar e orientada por ação

Considera-se abordagens transdisciplinares como aquelas que valorizam e integram diferentes tipos de sistemas de conhecimento, que podem incluir informações de disciplinas científicas ou acadêmicas, bem como experiências locais, indígenas ou outras formas de conhecimento. Além disso, as abordagens transdisciplinares costumam adotar um enfoque baseado em problemas específicos (MÉNDEZ *et al.*, 2016).

Desde a década de 1980, alguns agroecologistas buscam entender melhor o conhecimento agroecológico experiencial de agricultores como um componente necessário para

desenvolver uma agricultura mais sustentável. Isso foi claramente ilustrado no trabalho de Stephen Gliessman no México nas décadas de 1970 e 1980, que se concentrou na compreensão das bases ecológicas da agricultura tradicional mexicana (GLIESSMAN, 2021). Além da já mencionada iniciativa cubana da ANAP (VANDEN *et al.*, 2017).

Essas informações empíricas, baseadas na observação e na prática, e que também integram aspectos culturais, foram vistas como uma fonte de conhecimento para conceituar e aplicar a agroecologia.

Esta abordagem é baseada em uma plataforma para troca de conhecimento e colaboração em condições de respeito mútuo entre culturas e sistemas de conhecimento que são cruciais para a aplicação de abordagens participativas e transdisciplinares. A incorporação do conhecimento local e/ou gerado pelo agricultor é um componente importante deste tipo particular de pensamento e prática agroecológica (MÉNDEZ *et al.*, 2016).

A ação participativa e as abordagens relacionadas buscam envolver uma diversidade de atores como participantes ativos em um processo cíclico e interativo que integra pesquisa, reflexão e ação, e que busca incluir ou amplificar aquelas vozes que foram tradicionalmente excluídas da construção do conhecimento (MACHÍN SOSA *et al.*, 2011). Isso pode ser visto com o intercâmbio de conhecimentos com movimentos sociais como o MST e a Via Campesina (ALTIERI; ROSSET, 2018).

O princípio de reconhecer, aprender e engajar a diversidade social e ecológica está entre os mais importantes para a agroecologia. Esse paradigma dá atenção a uma diversidade mais ampla de vozes, especialmente aquelas que são frequentemente marginalizadas pela sociedade dominante (por exemplo, pequenos agricultores, grupos indígenas e mulheres do campo). Isso sugere a necessidade de criar tempo e espaço para uma escuta mais profunda e de trabalhar na identificação de estratégias que usam a diversidade humana como fonte de inovação (VAN DER PLOEG, 2018).

O ponto principal não é simplesmente a presença de uma ampla diversidade de espécies ou manejos agrícolas, mas a maneira como elas interagem para fornecer serviços ecossistêmicos críticos (por exemplo, polinização, controle de pragas e ciclagem de nutrientes) que apoiam a produção agrícola e a subsistência do agricultor (VAN DER PLOEG, 2018). Por ser voltada à ação, a agroecologia produz domínios sociais de diversidade que encorajam os agroecologistas a considerar várias formas de organização de produtores, regulamentação governamental, identidades e os muitos tipos diferentes de mercados e redes alternativas que venham a contemplar os agroecossistemas (MÉNDEZ *et al.*, 2016).

A conexão entre prática agroecológica, distribuição equitativa de recursos e autodeterminação foi explicitada por comunidades marginalizadas que exigem justiça ambiental (ALTIERI; ROSSET, 2018).

A sustentabilidade se tornou central para as demandas feitas em defesa dos meios de subsistência rurais e modos de vida culturalmente específicos. Essas formas de vida estão cada vez mais em risco devido ao aprofundamento das relações capitalistas que transformam as pessoas em ferramentas de trabalho alienado e a natureza em recursos e *commodities* (GLIESSMAN, 2019).

A agroecologia, então, está devidamente posicionada para contribuir com essas lutas, participando de um processo criativo de produção de conhecimento entre agricultores e outros atores do sistema. Isso requer uma compreensão mais ampla do conhecimento e da aprendizagem como uma comunidade voltada para prática que envolve agricultores, cientistas e membros da sociedade civil (ALTIERI; ROSSET, 2018).

A agroecologia, por meio de seu desenvolvimento paralelo como ciência e movimento social, oferece um espaço adequado para a construção de pesquisas e práticas relevantes que abordem as relações assimétricas de poder (GLIESSMAN, 2019).

2.5.2 Institucionalização da Agroecologia no Brasil

Conforme mencionado, a partir de meados da década de 1990, houve o aumento do debate sobre modelos alternativos de agricultura. Nesse cenário, o movimento agroecológico ganhou tração e espaço entre movimentos sociais, ONGs, instituições de ensino dedicadas à pesquisa, bem como em programas de apoio técnico e extensão rural.

Em 2003, foi organizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Agroecologia, e em 2004, foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) (BIANCHINI; MEDAETS, 2013). Esta associação buscou conectar técnicos especializados envolvidos em diversas esferas de trabalho agroecológico, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ONGs e movimentos sociais. Isso facilitou a expansão da divulgação agroecológica na esfera pública e privada em níveis local, regional e federal. Em 2006, a Lei da Agricultura Familiar foi aprovada (BRASIL, 2006), e em 2010, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) teve como foco a promoção do desenvolvimento rural. Esses atos normativos tratavam ainda sobre relações geracionais e de gênero em seu enfoque sobre a agricultura familiar (BRASIL, 2010; SAMBUICHI, 2017).

Na esfera federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) implementou políticas de apoio à agroecologia, estimulando iniciativas no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), instituições de ensino superior, agências de pesquisa federais e estaduais, e ONGs que atuam no setor produtivo (SAMBUICHI, 2017).

Iniciativas da agroecologia foram realizadas e apoiadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (SAMBUICHI, 2017).

O Brasil foi o primeiro país do mundo a implementar uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), criada pelo governo federal para ampliar e orientar o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2012; SAMBUICHI, 2017).

Essa política foi desenvolvida em parceria com movimentos sociais, e um dos principais elos nesse processo de desenvolvimento foi a Aliança Nacional de Agroecologia (ANA). A ANA e a ABA desenvolveram um conjunto de proposições para que o PNAPO se tornasse um instrumento capaz de orientar iniciativas públicas que viessem a favorecer a transição de modelos convencionais de desenvolvimento rural para modelos mais sustentáveis com a agricultura familiar sendo sua base sociocultural (PETERSEN; MUSSOI; SOGLIO, 2013; MDA, 2016).

Desde de vigência do PNAPO, em 2012, representantes do governo e da iniciativa privada se reuniram para desenvolver o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que inclui iniciativas de transição agroecológica e produção orgânica, figurando entre os representantes da sociedade civil o MST, além dos citados anteriormente: ABA, ANA, dentre outros. Esse painel também tinha em seus objetivos, qualificar e integrar agricultores assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e jovens do campo interessados na transição para sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos (MDA, 2016). Segundo Petersen, Mussoi e Soglio (2013), o PNAPO foi e continua sendo uma oportunidade para organizações e movimentos sociais, com enfoque agroecológico, unirem esforços para desenvolver respostas aos problemas socioambientais que se apresentam (SAMBUICHI, 2017).

O movimento agroecológico brasileiro avançou significativamente em termos de organização e atuação desde a criação da Associação Brasileira de Agroecologia em meados da década de 1990.

No que se refere à agenda federal, algumas gestões recentes do Ministério do Desenvolvimento Agrário passaram a implementar políticas pró-agroecologia e apoiar iniciativas em ATER, universidades, agências de pesquisa federais e estaduais e ONGs que atuam no setor produtivo. Iniciativas de agroecologia também vieram a ser realizadas e apoiadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério do Desenvolvimento Social, ao que pese essas iniciativas terem sido arrefecidas a partir de 2016.

Em 2021 foi lançado o Dicionário de Agroecologia e Educação, produzido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz) em coordenação com o MST e em parceria com a Editora Expressão Popular. Esta importante obra traz em seu corpo todo um espectro teórico no qual se insere a agroecologia enquanto ferramenta e campo de atuação do campesinato, dentre outras populações, nos conflitos socioambientais do campo, bem como na disputa simbólica pelo desenvolvimento sustentável na agropecuária e o papel dos movimentos sociais rurais.

Em todos esses níveis e dimensões, a agroecologia se apresenta como uma contraposição a determinadas práticas, enfoques ou concepções. Propomos traçar alguns fios condutores que possam ajudar a compreender a agroecologia no momento atual, a partir daqueles que têm sido reiteradamente apontados como seus sujeitos principais, a saber, os camponeses e camponesas (em sentido amplo) e povos originários, tomados enquanto classe social em luta. (DIAS et al., 2021, p. 60).

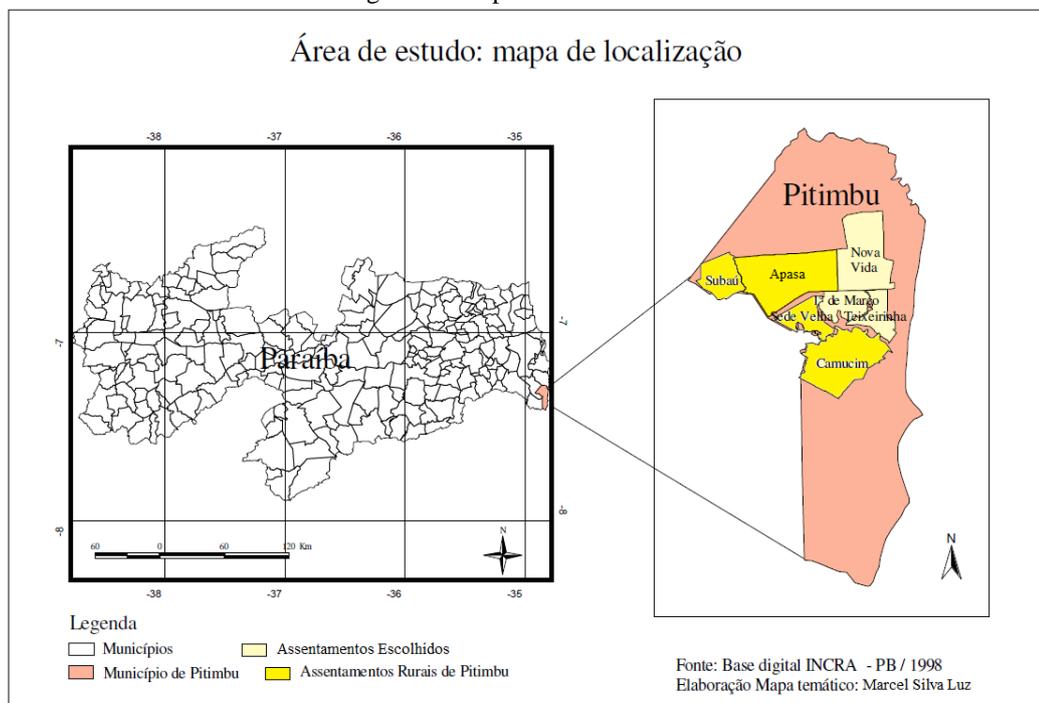
3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Esta pesquisa tem como área de estudo, três assentamentos do MST localizados no território paraibano. Este recorte geográfico foi escolhido para se comparar as singularidades do processo de transição agroecológica.

As coletas de dados foram realizadas no 1) Assentamento 1º de Março, com trinta e quatro famílias assentadas, localizado no município de Pitimbu-PB, 2) Assentamento Teixeirainha, também com trinta e quatro famílias assentadas e 3) Assentamento Nova Vida com cento e trinta e duas famílias assentadas. Os três assentamentos são componentes de um bloco de assentamentos da reforma agrária situados em Pitimbu-PB às margens da PB 008, nas coordenadas geográficas $-7,4253930$, $-34,8330140$, existindo ainda os assentamentos Subaú, Apasa, Camucim e Sede Velha neste bloco. Pitimbu-PB está situada na mesorregião da Zona da Mata Paraibana, com clima tropical úmido, estação seca moderada, média de temperaturas anuais situadas em torno de 25° , índices pluviométricos que oscilam entre 1.500 e 1.750 milímetros e vegetação representada por florestas tropicais (MELO e RODRIGUEZ, 2003).

Figura 1 - Mapa da área de estudo



Fonte: INCRA-PB (1998).

3.1.1 Bloco de Assentamentos de Pitimbu

Esta pesquisa foi realizada em Pitimbu por se tratar de uma região com conflitos territoriais históricos. O município foi terra do povo indígena potiguara, tendo sido disputada por portugueses, franceses, holandeses, bem como por outros povos originários como os Tabajaras.

Figura 2- Vista parcial da entrada do Assentamento 1º de Março



Fonte: Adeline Luz, 2022.

O desenvolvimento urbano e rural do município também revelou cenários de contestações e tensões entre diferentes perspectivas de territorialização, organização social e manejo da terra, premente dentre elas a tensão entre a monocultura de cana-de-açúcar e a pequena agricultura. Disputa esta que trazia em sua essência relações de classe entre os trabalhadores rurais e donos de fazendas e engenhos. Estes conflitos foram solo fértil para movimentos sociais que travam a luta pela terra e, em Pitimbu-PB, deram surgimento a assentamentos da reforma agrária resultantes de vitórias políticas tanto do MST quanto da CPT.

Estes assentamentos passaram a existir circunvizinhos uns aos outros, formando uma rede de produção – e proteção – comunitária, associando-se historicamente de acordo com pautas comuns, os processos de luta pela terra e atualmente com relação a demandas junto ao poder público.

Os assentamentos escolhidos para este trabalho foram selecionados em razão da importância. O Assentamento 1º de Março, por ser o primeiro assentamento da reforma agrária na Paraíba e pelo fato de Nova Vida e Teixeira ser os assentamentos com práticas agroecológicas com os quais 1º de Março faz fronteira, proximidade que uniformiza

características essenciais, e que são vinculados ao MST, sendo os demais assentamentos vizinhos vinculados à CPT.

3.1.1.1 Histórico e configuração geral dos assentamentos

Originalmente existia na região uma fazenda chamada Sede Velha do Abiaí, produtora de cana de açúcar. O engenho existente na fazenda já era palco de disputas desde a década de 1970, sob a influência do ideário das Ligas Camponesas, mas em 1987, um grupo de posseiros formado por trabalhadores rurais delimitou uma área da fazenda – que futuramente viria a ser o Assentamento Sede Velha – e passou a encampar uma luta por sua redistribuição, tendo como principal liderança o atual deputado federal pelo PT, Frei Anastácio. Com isso, iniciou-se um período de conflitos que envolveram prisões e embates com pistoleiros. Neste cenário surge, em 1º de março de 1993, já com a presença do MST, a ocupação que viria a ser o Assentamento 1º de Março, consolidado a partir da desapropriação realizada no ano subsequente.

Figura 3 - Casas de assentados



Fonte: Adeline Luz, 2022.

Os assentamentos têm uma lógica de organização que engloba uma visão tanto comunitária quanto individualizante para as famílias assentadas. Existem áreas centrais nos assentamentos onde cada família mora em um espaço com área construída e área de cultivo voltada para consumo próprio, de maneira a formar uma vizinhança de famílias assentadas (Figura 02). Bem como existem os espaços de produção, constituídos pelo roçado de cada família em seu lote, cujo tamanho médio gravita em torno de 4,5 hectares.

Os espaços comunitários contêm equipamentos coletivos como escola, igreja e posto de saúde (Figuras 03 e 04).

Figura 4 - Igreja no assentamento



Fonte: Marcel Luz, 2022.

Figura 5 - Escola no assentamento



Fonte: Marcel Luz, 2022.

3.1.1.2 Espaços de Produção

Figura 6 - Roçado em processo de aração com área florestada e plantio de cará



Fonte: Adeline Luz, 2022.

Os lotes têm uma área média de 4,5 hectares onde, em alguns casos, também possuem áreas de floresta de cerca 1,5 hectares, não correspondendo a reserva legal ou servidão ambiental, mas sendo utilizadas como forma de manutenção de biodiversidade e também como auxílio na atividade produtiva. Esse tipo de cultura necessita de uma haste de sustentação para o desenvolvimento da planta, para tanto, utiliza-se varas que podem ser extraídas da área de florestada ou compradas. O milhar de varas custa entre 300 e 400 reais e um plantio médio utiliza cerca de 7000 destas hastes, sendo assim, a manutenção da área de floresta e sua utilização representa tanto um auxílio na produção quanto na redução potencial de custos, resultando em um aumento do lucro respectivo.

Figura 7 - Plantio de cará e área florestada ao fundo



Fonte: Adeline Luz, 2022.

O foco principal da produção voltada para comercialização é o cultivo de mamão, inhame, cará e acerola, premente dentre eles o inhame, que é considerado o produto principal. O inhame também é protagonista na alimentação familiar, seu plantio é preferível, pois mesmo na agricultura convencional exige pouco ou nenhum uso de venenos.

Figura 8 - Covas com varas para plantio de inhame



Fonte: Adeline Luz, 2022.

Figura 9 - Plantio de mamão



Fonte: Adeline Luz, 2022.

Figura 10 - Covas para plantio de inhame e cará



Fonte: Adalice Luz, 2022.

Figura 11 - Plantio de acerola



Fonte: Adalice Luz, 2022.

A produção também engloba batata, milho, feijão, macaxeira, banana, coco, manga, laranja, acerola e limão, que são voltados para consumo próprio das famílias, mas que, a depender da safra, são colocados para comercialização. Esta é feita por meio de feiras de produtos orgânicos, dentre elas a Cesta de Produtos Terra Boa, que iniciou suas atividades em 2020 com a pandemia covid-19, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo do estado.

Salienta-se que a produção para consumo próprio tem uma importante dimensão simbólica para os assentados e demais habitantes.

Imagine um território que só produzia cana de açúcar e nossos pais ainda eram chamados a atenção se a gente fosse pego chupando uma cana. Não tinha comida, não tinha nada, passando fome e ainda sendo vigiados para dar satisfação. E hoje temos a comida, e bastante, em abundância e diversidade. O assentamento da gente produz muita variedade de frutas, banana, manga, laranja, acerola, mamão, limão, todos de diferentes variedades. Hoje pode chegar num pé de coco desse e beber, antes na época do engenho não podia, era um privilégio da classe média alta da cidade e hoje a gente pode (ENTREVISTADO 7).

Figura 12 - Bananeiras



Fonte: Adeline Luz, 2022.

Figura 13 - Plantio de bananeiras



Fonte: Adalice Luz, 2022.

Figura 14 - Entrada do Assentamento 1º de Março e plantio de feijão



Fonte: Adalice Luz, 2022.

Figura 15 - Limoeiro



Fonte: Adalice Luz, 2022.

Figura 16 - Coqueiro e mamoeiro



Fonte: Adeline Luz, 2022.

Figura 17 - Sementes crioulas de milho Jabatão



Fonte: Adeline Luz, 2022.

A força de trabalho utilizada é predominantemente familiar, a motivação para isso é principalmente econômica, visto que o custo de uma diária para trabalho rural na região é de aproximadamente 70 reais. Desta forma, uma mão de obra auxiliar por um período de 10 dias significa um investimento de 700 reais, uma fração demasiadamente grande do lucro aproximado de uma safra de 1000 pés de inhame, que gravita em torno de 3000 reais.

Figura 18 - Ferramentas para o roçado e mudas de cará



Fonte: Adeline Luz, 2022.

Desta maneira, as famílias optam por dividir entre si todas as etapas da produção, englobando a escavação das covas para semeadura, coleta de varas, limpeza do solo, adubação e colheita.

A aração do solo é feita através de trator, que não é de propriedade de nenhum assentado, mas contratado para serviços específicos em cada lote nos assentamentos de acordo com sua demanda e estágio de produção. O alto volume de trabalho em contraste com a relativamente baixa quantidade de mão de obra inviabiliza outra técnica de aração.

O plantio é feito com associação de culturas que se complementam na recuperação e manutenção da fertilidade do solo.

A gente tenta produzir tudo que consumimos, vamos plantar macaxeira, agora com a chuva, batata. Ali vou plantar bananeira e enquanto a bananeira sobe, planto a batata, aí depois tiro a batata e fica só a bananeira. Isso para que ambas complementem a nutrição do solo (ENTREVISTADO 7).

Por exemplo, aqui no assentamento, ali na frente, arou e plantou feijão, uma leguminosa, está com grande quantidade de massa verde e em seguida ela será arada, o volume de massa verde que vai incorporar nitrogênio ao solo e vai plantar macaxeira em um solo fértil e que será muito maior. Isso é sabedoria camponesa, pode não ser um agrônomo falando, mas ele sabe disso porque aprendeu com o tempo (ENTREVISTADO 10).

Figura 19 - Plantio de cará, limoeiro, bananeiras e de maxixe



Foto: Adeline Luz, 2022.

A irrigação é feita a partir da captação da água. Em uma lagoa centralizada entre os assentamentos existe uma bomba que alimenta poços nos assentamentos e, a partir destes poços, a água é distribuída para os lotes por meio de bombas menores. As bombas menores são compartilhadas pelos lotes que, por sua vez, fazem a irrigação em dias alternados, de forma que o uso individual é contextualizado em um projeto plural.

Todo ano se organizam calendários coletivos para cada assentamento, nos quais se delimita como se dará o uso da água, os dias de irrigação para cada lote, dentre outras decisões necessárias. Não há custo de uso de água, apenas de energia para utilização das bombas. O

projeto desta captação e distribuição de água foi feito pelo Projeto Cooperar, uma iniciativa do governo do estado da Paraíba voltada para execução de políticas de acessibilidade de água, e outras questões direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Figura 20 - Condutor para irrigação



Fonte: Adeline Luz, 2022.

Figura 21 - Assentados



Fonte: Adeline Luz, 2022.

Figura 22 - Irrigação por microaspersão



Fonte: Adelice Luz, 2022.

A irrigação é realizada por meio de microaspersão e aspersão, sendo o primeiro de uso preferencial, visto que o segundo causa maior deslocamento de terra em razão do impacto da água e só é utilizado em culturas que necessitam de maior volume hídrico.

O cultivo é realizado majoritariamente sem a utilização de agrotóxicos, sendo utilizados o que os entrevistados assentados chamam de herbicidas simples para controle de plantas espontâneas. Em alguns lotes, a depender da opção do produtor, não se utiliza nenhuma forma de defensivo químico, mas estes são a minoria.

Mas que veneno é esse? Mais os herbicidas, mas na perspectiva de diminuir o excesso de trabalho empregado para limpar a mata, que é um trabalho muito duro. Usamos apenas herbicidas simples para botar nos matos. Não estou justificando, sei que é uma limitação, mas só há essa (ENTREVISTADO 10).

Com relação aos insumos externos aos assentamentos, além do trator para aração do solo, é adquirido também o esterco para adubação. Isso se dá em razão de inexistir trabalho com pecuária nos assentamentos. Interessante frisar que, para os produtores assentados, as plantas espontâneas nas quais se usam herbicidas são espécies invasoras cuja origem é tida como sendo os estercos, arados de trator e ferramentas de mão de obra contratada. Isto é, o uso de agrotóxicos seria fruto das interferências externas ao assentamento, que são necessárias em razão das limitações existentes na produção dos assentamentos.

3.2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada com base em uma abordagem qualitativa. No que tange o percurso para a coleta de dados, foi utilizada a revisão bibliográfica relativa ao tema proposto. Quanto aos dados primários, fez-se uso da observação sistemática dos espaços e das relações sociais existentes nos locais de visita de campo e a realização de entrevistas semiestruturadas e questionários com produtores assentados, lideranças e demais atores sociais significativos no universo pesquisado. Ressalta-se que estes instrumentos foram submetidos e aprovados no Comitê de Ética, e a pesquisa cadastrada junto ao Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen).

3.2.1 Revisão Bibliográfica e Pesquisa Documental

A revisão bibliográfica buscou resgatar livros, artigos científicos, teses e dissertações concernentes à área, bem como tratou de levantar a história, os conceitos e os debates envolvidos, assim como os consensos e dissensos existentes e seus fundamentos.

Os aportes teóricos utilizados gravitam ao redor dos temas de justiça ambiental, movimentos sociais, conflitos socioambientais, reforma agrária, agroecologia, bem como produção acadêmica dedicada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Salientamos que buscou-se ativar aportes teóricos considerados clássicos sobre o tema em diálogo com autores provenientes do Sul Global, para a construção de uma fundamentação teórica tanto contrastante como compatível com os atores sociais pesquisados, visto que a agroecologia e o próprio MST são expressões indígenas ao Sul Global e uma literatura que emane do mesmo campo social é premente (YOUNG; LUSTOSA, 2003; BOURDIEU, 2012).

O presente estudo realizou pesquisa documental de dados secundários, de maneira a levantar relatórios e instrumentos normativos relativos ao tema, construídos por órgãos e entidades públicas e privadas que vieram a compor a observação formal dos fenômenos aqui abordados. Premente dentre elas as legislações e atos normativos da administração pública voltadas para políticas agrícolas de agricultura familiar, orgânica, agroecologia e circuitos curtos de economia. Além de legislações e atos normativos que tenham sido fontes formais da construção de entes públicos e privados reguladores da agricultura familiar, orgânica e agroecológica.

Foram levantados também os documentos e atos administrativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), bem como cartilhas e materiais publicitários ou didáticos voltados para a temática ambiental e sobre agroecologia e transição agroecológica.

3.2.2 Coleta de Dados Primários

Na observação sistemática durante a pesquisa de campo, foram usados instrumentos de registro digital de dados, tanto para aquisição dos discursos quanto para formação de acervo fotográfico. Em razão da pandemia covid-19, as entrevistas não presenciais foram realizadas de forma virtual por meio da plataforma *Google Meet*, fazendo uso da função de gravação para fins de captura do áudio e imagem para posterior transcrição.

As entrevistas e questionários, para fins de coleta de dados primários, foram aplicados em uma amostra composta de produtores agrícolas e militantes do MST-PB, de especialistas do tema provenientes de universidades, associações de produtores, lideranças dos movimentos e lideranças políticas atuantes e relevantes ao problema proposto.

Pretendeu-se direcionar as entrevistas aos especialistas, lideranças e atores sociais mais relevantes, seja por posição, experiência ou expertise na área, bem como compreender uma amostra representativa da diversidade da população investigada nos assentamentos. Para isso, foram feitas entrevistas com uma amostra de dez indivíduos. A coleta, por sua vez, respeitou o critério da saturação teórica e temática.

Quanto aos questionários, em cada um dos quatro assentamentos foi realizado um sorteio dos assentados, no qual a cada três famílias, uma foi escolhida para coleta, utilizando-se o número sob o qual o(a) assentado(a) chefe de família está cadastrado(a) no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (SIPRA). Desta forma, foi estabelecida uma amostra de 40 indivíduos para aplicação de questionários.

3.2.2.1 Entrevistas com Especialistas e Lideranças

Quanto às entrevistas junto a especialistas e lideranças, utilizou-se uma amostra de indivíduos com maior experiência, conhecimento e relevância sociopolítica no tema pesquisado. A amostra para estas entrevistas compreendeu um universo de produtores, pesquisadores, lideranças e militantes dos movimentos, gestores e atores políticos capazes de contribuir para o problema proposto. Salienta-se que foram prospectadas formas alternativas para coletas de dados, de maneira a respeitar o distanciamento social necessário em razão da pandemia de covid-19.

Foram realizadas dez entrevistas, de forma que foram entrevistados: dois ex delegados do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Paraíba, uma funcionária do Instituto Nacional do Semiárido, um representante do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú, o coordenador estadual da CPT, o coordenador estadual do MST, o coordenador da feira de produtos agroecológicos do MST Produtos Terra Boa, uma liderança do Assentamento 1º de Março (Pitimbu-PB), um militante orgânico do MST-PB e uma militante orgânica do Movimento Levante Popular da Juventude.

Com relação aos produtores entrevistados, pretendeu-se conhecer os fatores que os levaram a adotar a agroecologia, bem como os fatores que, porventura, ofereçam resistência para sua adesão, e as vantagens e desvantagens da transição agroecológica. Pretendeu-se também verificar quais as particularidades da agroecologia na perspectiva de um movimento social organizado, cuja produção – necessariamente – dialoga com um projeto de vida político. Objetivando, assim, conhecer também sua condição socioeconômica e produtiva, sua organização social e política, sua percepção dos problemas ambientais e dos movimentos por justiça ambiental.

Com relação aos especialistas, agentes políticos e atores relevantes entrevistados, pretendeu-se complementar a pesquisa com perspectivas externas, buscando aprofundar as informações coletadas e adicionar a estas potenciais reverberações sociais, políticas e acadêmicas não percebidas pelos produtores depoentes. Pretendeu-se, também, verificar a existência, inexistência ou incompatibilidade de políticas públicas que viabilizem o fenômeno, além de verificar os obstáculos para produção agroecológica.

O objetivo final desta coleta de dados primários, além de esclarecer eventuais dúvidas e checar as hipóteses formuladas, foi inventariar informações históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e técnicas sobre a produção agroecológica do MST-PB, seus potenciais

e limites para desenvolvimento sustentável e sua participação no movimento por justiça ambiental (MINAYO, 2017).

Dessa forma, buscou-se estudar, neste universo a ser pesquisado, o discurso manifesto e o campo social a partir do qual se emana esse discurso, reconhecendo as disputas nas interações e relacionamentos para a formação das diferentes percepções da agroecologia para estes sujeitos (BOURDIEU, 2012).

Os roteiros semiestruturados das entrevistas foram compostos de maneira a se levantar: 1) a trajetória profissional e/ou militante do entrevistado; 2) sua aproximação profissional, científica ou ativista com as pautas ambientais e a própria agroecologia; 3) a natureza de sua relação, caso existente, com o MST e, em particular, o MST-PB; e 4) a opinião embasada do entrevistado sobre a agroecologia relacionada ao MST, tanto em seu discurso quanto em sua aplicação prática. Optou-se, então, por uma entrevista semiestruturada para abrir o espaço para a manifestação de subjetividades dos entrevistados, de maneira que seus discursos manifestos pudessem melhor corresponder a como esses indivíduos percebem e atribuem significado às suas realidades.

Desta maneira, a construção do roteiro culminou no que consta no APÊNDICE B desta dissertação.

Os dados primários levantados foram sistematizados, analisados e interpretados de acordo com o método de análise de conteúdo temático-categorial de acordo com Bardin (1994). Compreendendo, assim, três fases primordiais: I) a pré-análise, em que se dá a exploração inicial do material coletado para, então, escolher os documentos e estabelecer o *corpus* das entrevistas; II) a codificação dos dados, organizando o material em unidades de análise ou significado; e III) o tratamento dos dados por inferência ou interpretação com base no referencial teórico previamente construído.

Os fundamentos teóricos da Teoria da Ação auxiliaram na composição das categorias analíticas, visto que tal teoria propõe ser possível analisar o que os sujeitos pensam sobre certos objetos, de acordo com a sua percepção sobre aquele objeto em determinado contexto. Dessa maneira, é possível identificar por meio da narrativa de vida dos assentados os objetos de orientação para sua percepção da agroecologia para os assentamentos de reforma agrária (LAVILLE; DIONNE, 1999; OLIVEIRA, 2008).

As categorias de análise utilizadas para interpretar os discursos manifestos foram construídas com base no modelo misto para definição de categorias analíticas. Conforme aponta Silva *et al.* (2004, p. 76) “as categorias são selecionadas no início, mas o pesquisador se permite

modificá-las em função do que a análise aportará”. Dessa forma, foram elaboradas categorias de análise baseadas nos pontos de vista teóricos oriundos da literatura pesquisada e que foram confrontados com a realidade dos discursos manifestos, resultando em modificações ou novas ramificações de unidades de análise em razão do parentesco de sentido dos excertos.

Desta forma, as unidades de análise utilizadas foram: 1) a dimensão socioambiental no MST, 2) a incorporação discursiva da agroecologia pelo MST, 3) a agroecologia para o MST, 4) a transição agroecológica: processos de consensos e dissensos, 5) as mudanças oriundas da transição agroecológica nos assentamentos e 6) a luta de classes e a luta pela terra.

As categorias analíticas acima mencionadas foram organizadas de maneira a nortear a filtragem das informações de acordo com os objetivos específicos deste trabalho e utilizadas para formar *clusters* de sentido que atravessassem os discursos dos diversos depoentes, de maneira a horizontalizar as informações fornecidas por diferentes emissores que tratassem de temas similares ou afins.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são trazidos os dados coletados junto aos depoentes, buscando revelar suas realidades e percepções. Importante salientar que a fundamentação teórica e os dados secundários levantados permitiram formar um universo de alteridades e que a partir da metodologia apresentada anteriormente, foi possível evidenciar os sentidos com relação ao tema pesquisado.

4.1 OS DISCURSOS POR CATEGORIAS

Neste tópico são apresentadas as características discursivas presentes nos discursos em função das unidades analíticas estipuladas para a análise de conteúdo, que serão debatidas com base no aporte teórico levantado.

4.1.1 A dimensão socioambiental no MST

Os depoentes assentados tratam o discurso e a prática do MST como algo que sempre gravitou ao redor de uma aproximação com a questão ambiental, contudo, depoentes não assentados se inclinam a posicionar a questão socioambiental como algo que foi adquirido pelo MST posteriormente. Essa segunda posição é corroborada pela literatura (FERNANDES, 2013; LEFF, 2015).

Desde a fundação do setor de produção do MST em meados dos anos 80, se tinha uma aproximação com agrônomos progressistas, principalmente do Rio Grande do Sul. E esse pessoal trabalhava essa pauta dos orgânicos, mas isso não era prioridade de nenhum movimento camponês, a produção era convencional. Dificilmente se fazia esse debate sobre matriz de produção nos anos 80.

(...)

O discurso ambientalista nasce do Norte Global com o Grupo de Roma e as teses do Limite do Crescimento em 79 e parte de algumas pautas que são importantes dentro do ambientalismo, mas que de certa forma foram bem próprias ao Norte Global. O ambientalismo do Sul Global e dos movimentos sociais é onde se insere o MST, que seria um dos vários movimentos camponeses do Sul Global. Um ambientalismo ligado a questões sociais e que tocam na grande questão ambiental, que é o sistema capitalista. O ambientalismo do Norte Global não toca nisso. O MST se enquadraria aí (ENTREVISTADO 3).

O processo de transição agroecológica começa com a destruição do latifúndio. A gente dizia isso há 20 anos atrás? Não. É um reconhecimento histórico. Se a gente pega um latifúndio deserto, destruído, com 20 anos a gente o modifica, refloresta, então automaticamente é um movimento que traz na natureza da luta a pauta ambiental, porque ela vai fazer parte da trajetória. Enquanto não é teorizado parece que não

existe, mas se a gente pegar o 1º assentamento do MST em meados dos anos 80 e veja as mudanças que tiveram no sentido ambiental. Olhe o que são esses assentamentos aqui e a área de urbanização na rota da praia, sendo que quando conquistamos esse assentamento aqui era monocultura e destruição da natureza e lá era mata atlântica preservada. Olhe o que antes era mata atlântica e o que antes era monocultura. O assentamento virou o lugar da vida e lá virou o deserto, houve uma inversão (ENTREVISTADO 6).

O ambientalismo na pauta social do MST seria inserido, então, em um “reconhecimento histórico”, isto é, uma compreensão retroativa de como a luta pela terra, mesmo que inicialmente não sendo compreendida dentro de um enfoque ambientalista, tem dimensão ambiental tanto por seu impacto ambiental positivo quanto por considerar-se a terra como recurso ambiental.

A ação e concepção de mundo do MST nasceram com traços marcantes de um movimento social situado na periferia do capitalismo, atravessado por exclusão e racismo ambiental, além da perpetuação do modelo oligopolista dos padrões internacionais de produção adotados (YOUNG; LUSTOSA, 2003; ACSELRAD, 2012).

De uma perspectiva do desenvolvimento econômico dominante, a pobreza rural estaria enraizada na baixa produtividade da agricultura camponesa e na persistência da pobreza rural, e refletiria uma falha da população rural em fazer a transição de uma sociedade agrária tradicional pré-capitalista para uma sociedade capitalista industrial moderna. No entanto, de uma perspectiva transformadora, a pobreza rural está arraigada na dinâmica histórica do desenvolvimento capitalista. A introdução do capitalismo no campo expulsou os camponeses de suas terras, obrigou-os a migrar para os centros urbanos em busca de trabalho e converteu a agricultura camponesa em uma atividade econômica de fins lucrativos (FERNANDES, 2013).

Eu era filho de um assalariado rural, porque tem que haver essa distinção, nem todo trabalhador rural é camponês, a maioria é assalariada rural. Fui analfabeto até os meus 14 anos, quando o MST ocupou o engenho onde minha família trabalhava. A gente se juntou ao acampamento que depois se tornou um assentamento. (...)
Se não tivesse tido a ocupação, com certeza eu teria tentado ir embora e estaria sei lá onde (ENTREVISTADO 6).

Políticas de reforma agrária são um pré-requisito para acabar com a pobreza rural e a insegurança alimentar. Ainda assim, a estratégia de redução da pobreza rural do Banco Mundial (BM), implementada por praticamente todos os governos dos países em desenvolvimento, evita qualquer menção à necessidade de reforma agrária, exceto para fazer referência à necessidade de os pobres obterem melhor acesso ao mercado. Interessa, neste ponto, ativar o mapeamento

de Desenvolvimento Sustentável (DS) que situa o BM como representante de um modelo conservador de sustentabilidade (HOPWOOD, 2011; LIMA, 2017).

Dentre os muitos programas de política necessários para revitalizar as comunidades rurais, uma reforma agrária é premente. Altieri e Rosset (2018) argumentam que a reforma agrária é essencial para promover a soberania alimentar, fortalecer as comunidades rurais e reduzir a pobreza rural. Da mesma forma, Sen (2003) e Shiva (2016) argumentam que a reforma agrária é um pré-requisito para aumentar a capacidade produtiva da população rural pobre, gerar renda e fortalecer os mercados locais.

Ser camponês é diferente, não é só uma coisa que você faz, mas que você é ou se torna. É preciso acordar a cabeça para a política, entender que tudo é política. De saber que a natureza domina o tempo das coisas e quanto a gente não tem o que fazer, mas todo o resto a gente tem, e é através de ações políticas (ENTREVISTADO 6).

Apesar de suas diferenças nas prescrições de políticas, esses estudos reconhecem que a reforma agrária é fundamental para a promoção de meios de vida rurais sustentáveis. A reforma agrária também é fundamental para reverter o legado histórico de marginalização e discriminação de camponeses e povos indígenas, que constituem a grande maioria da população rural do mundo (SEN, 2003; SHIVA, 2016; ALTIERI; ROSSET, 2018).

Não tem como falar, eu acho, de um momento em que o MST adota uma preocupação ambiental, porque ela sempre foi ambiental. Eu diria que a luta pela terra é, talvez, a primeira grande pauta ambiental. O solo é sobre o que estão todas as coisas (ENTREVISTADO 8).

A monocultura impede a diversificação agrícola, causando degradação ambiental e empobrecimento social. E no Brasil, a monocultura é extensamente considerada como responsável pela miséria humana e destruição ambiental. Particularmente no caso da região Nordeste, onde o cultivo da cana-de-açúcar deixou um triste legado humano e ambiental (HOLT-GIMÉNEZ, 2011, 2017).

Sim, talvez não em uma visão mais focada no aspecto técnico da questão ambiental. Mas uma preocupação política, de dizer que existem orientações para os assentados quando fosse trabalhar na terra e também uma preocupação ambiental no porquê de ocupar (ENTREVISTADO 2).

O movimento sempre teve em seu eixo temático essa preocupação com as questões ambientais dos assentamentos, principalmente direcionada ao crédito voltada para essas questões de reserva legal, Área de Preservação Permanente (APP), de como fazer um manejo sustentável, a gente não gosta da palavra sustentável, mas é uma palavra fronteira, está em tudo quanto é lugar (ENTREVISTADO 1).

Alguns cadernos nossos de formação já tinham essa preocupação com a questão ambiental, a gente no início do governo Lula fez uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), voltado para essa questão ambiental de dentro dos assentamentos. A gente tinha projetos que eram uma coisa mais operacional, mas o MST sempre elaborou cadernos e cartilhas como uma forma de orientar os membros da organização para se preocupar com essa questão ambiental, porque ela cada vez mais se torna um aspecto preocupante seja de quem está lá dentro do acampamento ou assentamento, da área de conflito, ou da organização como um todo (ENTREVISTADO 2).

Conforme disse Acselrad (2012, 2013), “toda luta ambiental é uma luta social ambientalizada”. A própria noção do que é sustentabilidade, o preceito constitucional da terra e sua função socioambiental, bem como enquanto recurso ambiental estabelecido em lei (BRASIL, 1981), eleva a luta do MST à categoria de uma luta socioambiental, de maneira que não há como dissociar o Movimento das pautas ambientais.

4.1.2 A incorporação discursiva da agroecologia na ideologia do MST

A emergência da agroecologia no campo discursivo e posteriormente prático do Movimento nasce com, e principalmente, a partir de colaborações internacionais com outros movimentos sociais que travavam, e continuam a travar, lutas similares contra oponentes semelhantes (MACHÍN SOSA *et al.*, 2011).

[O debate sobre matriz de produção] vai começar com Cuba e o embargo, pois quando cai a URSS, Cuba fica impedida de comprar insumos agrícolas, então ela redireciona sua agricultura dentro da matriz da agroecologia. E como o MST tem esse vínculo com Cuba muito forte, pessoas que foram em parceria começaram a trabalhar essa questão da agroecologia (ENTREVISTADO 3).

Assim como os intercâmbios nacionais e internacionais. O MST já fez vários intercâmbios com os companheiros de Cuba que tem uma bagagem, um acúmulo teórico e prático agroecológico muito interessante, então fomos beber dessa fonte. E são experiências, práticas, onde a gente vê que é possível, adaptando à nossa realidade, de implementar isso dentro dos acampamentos e assentamentos (ENTREVISTADO 2).

Difícil delimitar um tempo, mas diria que de 2010 para cá o MST tem tido uma atenção maior com estas questões da agroecologia. Primeiro porque estamos inseridos dentro da Via Campesina e esse é um debate que acontece com intensidade. Tivemos várias outras parcerias que sempre são cobradas para trabalhar essa questão da agroecologia dentro dos assentamentos (ENTREVISTADO 1).

O colapso do Bloco Soviético e o endurecimento do embargo comercial dos Estados Unidos no início dos anos 1990 fizeram com que Cuba perdesse 85% de seu comércio externo em menos de três anos, bem como uma queda de 80% na disponibilidade de fertilizantes e pesticidas químicos com os quais seus modelos agrícolas convencionais foram baseados

(MACHÍN SOSA *et al.*, 2011). Por conseguinte, a crise econômica que se seguiu levou o governo a declarar um ‘período especial’.

A agricultura do país consistia principalmente na monocultura da cana-de-açúcar e do tabaco para exportação para o Bloco Soviético; no final da década de 1990, o governo ordenou o fechamento de quase metade das refinarias de açúcar da ilha (ATWOOD, 2017).

Isso fez com que Cuba apresentasse a pior taxa anual per capita de crescimento da produção de alimentos na América Latina e no Caribe na década de 1990 (-5,1% no período de 1986 a 1995, contra uma média regional de -0,2%). Assim, o PIB da ilha caiu em mais de 30%. Mais seriamente, os cubanos enfrentaram fome crônica; entrevistas de cidadãos, conduzidas por jornalistas à época, revelam histórias de dieta de água com açúcar quando as rações não chegavam e de pessoas desmaiando de fome na rua (MACHÍN SOSA *et al.*, 2011).

Uma coisa que funciona muito bem no processo de transição agroecológica é a metodologia camponês-camponês, que se inicia na Nicarágua e várias organizações camponesas utilizam. Aqui no Nordeste tem as caravanas da agroecologia, que é você reunir camponeses e colocá-los dentro de uma experiência agroecológica, porque vendo que o negócio dá certo é outra coisa (ENTREVISTADO 3).

O estudo de caso da Oxfam (2021) *Scaling Sustainable Agriculture*, tratou especificamente do movimento de agroecologia cubano e a metodologia Camponês-Camponês, mostrando que é possível para um movimento social levar à escala os sistemas agrícolas agroecológicos sustentáveis.

A experiência cubana contraria a lógica das abordagens convencionais da extensão agrícola e mostra que soluções específicas desenvolvidas localmente e disseminadas pelos próprios produtores podem fornecer benefícios significativos e sustentáveis para a produção de alimentos, meios de subsistência rurais e recuperação ambiental. O estudo fornece, também, informações valiosas sobre como a agroecologia foi capaz de ajudar a melhorar o bem-estar dos agricultores e, ao mesmo tempo, de restaurar a saúde ecológica do meio ambiente, aumentando a resiliência climática e reduzindo as emissões de carbono na agricultura cubana.

Com a Via Campesina esse debate da agroecologia ganha mais força, realmente. Como o capital e o agronegócio se internacionalizam bastante a partir dos anos 2000, a tendência é que isso também acontecesse com os movimentos camponeses, indígenas, etc. Até porque apenas com uma cooperação é possível você medir forças com entidades da estatura econômica e política que são o agronegócio (ENTREVISTADO 3).

Como o capital é transnacional por natureza, iniciativas também transnacionais, como a própria Via Campesina, que – ao que pese seu nascimento no Norte Global na península

ibérica a partir dos países bascos – tece laços de cooperação com movimentos camponeses e indígenas do Sul Global.

Após a apropriação do discurso agroecológico pelo MST a partir de suas colaborações além das fronteiras nacionais, o Movimento passa a encampá-lo.

No primeiro Fórum Social Mundial, em meados dos 2000, o MST faz sua primeira Jornada de Agroecologia ocupando uma área da Monsanto e é quando o MST se apropria da agroecologia como uma de suas bandeiras (ENTREVISTADO 3).

Em 2014, no 6º Congresso Nacional do MST, é onde se pauta mesmo a agroecologia como estratégia. O conceito de reforma agrária popular está amplamente vinculado à agroecologia, que se perpetua até hoje. Não sendo apenas algo no campo do discurso (ENTREVISTADO 7).

As Jornadas Agroecológicas que acontecem no estado do Paraná e a militância do MST do Brasil inteiro participa. Já foram 18 jornadas realizadas, iríamos realizar a 19ª, mas veio a pandemia e tivemos que parar. E é um evento do MST, não é acadêmico, não é puxado por universidades, é feito pelo MST através do setor de produção, cooperação e meio ambiente que organiza. Existe também as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURAs), que são eventos que o MST faz nas instituições públicas para puxar o debate da reforma agrária, da segurança e soberania alimentar e também agroecologia, produção orgânica. São espaços onde a gente fomenta o debate da agroecologia (ENTREVISTADO 1).

E mais recentemente o MST elabora a Proposta da Reforma Agrária Popular, que também não foi um documento da academia, mas foi fruto da luta política do MST que elaborou esse documento e entre várias questões, uma delas é a agroecologia. E a gente fomenta e incentiva cada vez mais processos agroecológicos dentro das áreas de assentamento e acampamento de reforma agrária (ENTREVISTADO 3).

Percebe-se que a agroecologia representa uma elevação programática do MST, pois tão logo o Movimento percebe esse campo do saber agroecológico, suas potencialidades fazem com que ele seja adotado como uma espécie de paradigma norteador para a sustentabilidade projetada pelo MST e também como um modelo de experiência a ser vivida.

O debate de agroecologia no MST é recente, os movimentos agroecológicos até perguntam o porquê. Mas todos os processos agroecológicos do Nordeste são em assentamentos conquistados pelo MST ou CPT. A agroecologia se inicia na luta pela terra. Na destruição do latifúndio. Agroecologia permite aos camponeses o direito à terra para trabalhar (ENTREVISTADO 10).

Por fim, assim como o ambientalismo se relaciona de forma retroativa ao discurso do MST, como um reconhecimento histórico de uma afinidade que existia, mas que apenas não estava formalizada. A agroecologia é percebida pelo MST-PB não apenas como uma pauta “nova”, isto é, que foi adquirida e adicionada a cartilhas institucionais, mas sim como práxis camponesas – assim como de povos originários – que por serem insubmissas ao capitalismo associado à concentração fundiária e às monoculturas, são afins ao MST.

4.1.3 A agroecologia para o MST

Observa-se, nas coletas, que uma característica determinante nos discursos manifestos é a complexidade da definição da agroecologia, algo que se repete – em certa medida - nos aportes teóricos relacionados a esse tema. As menções de como a agroecologia relaciona-se a um leque de noções, não sendo apenas um manejo, não é um conceito novo nas conceituações clássicas de agroecologia, conforme tratado em seu tópico específico nesta dissertação.

É mais fácil dizer o que não é agroecologia, mas dizer o que é agroecologia é muito mais difícil. Porque se você coloca agroecologia como alternativa, sistema produtivo, novo modelo de agricultura, é reduzir demais agroecologia, essas expressões “alternativa, sistema produtivo, modelo agrícola” não dão conta da complexidade que é a agroecologia. Para mim, eu vejo como um modo de vida, muito interligado com a questão do Bem Viver, são coisas inseparáveis. E se a gente vê como modo de vida, a gente precisa repensar todas as nossas práticas, seja no campo com as culturas, com os animais e as relações homem-natureza. Porque é comum pensar só no cultivo das plantas, mas pensando na perspectiva do Bem Viver, os animais também precisam ter uma atenção, inclusive aqueles que nos amedrontam, como cobra, escorpião, barata, sapo.

(...)

Isso pode soar um tanto romântico, mas se a gente parte da perspectiva do Bem Viver, entendemos que tudo isso faz parte de uma grande biosfera que precisa trabalhar em conjunto. No momento em que matamos uma cobra, quebramos aquela vida de uma cadeia da natureza e em algum momento vai trazer um impacto lá na frente (ENTREVISTADO 1).

O aspecto marcante da agroecologia para o MST é que, aliada às noções de conhecimentos tradicionais, sustentabilidade transformadora e as conexões com múltiplos campos do saber, a agroecologia para o Movimento é, por excelência, uma estratégia de embate político.

A agroecologia na concepção do MST não pode nem deve ser algo restrito, coisa de 5 ou 6 famílias, obviamente que se começa com pouco. Mas a meta, o que está no horizonte, é que todas as famílias avancem para a perspectiva agroecológica e é isso que está na ponta da língua do militante. É isso que nos dá identidade nesse debate agroecológico para a perspectiva do MST (ENTREVISTADO 1).

Além de um sentido tático mais imediato, como uma forma de manejo sustentável, isto é, uma ferramenta de emancipação de uma coletividade específica, a autonomia pode ser auferida por determinada comunidade por meio de sua produção ou de um resgate cultural próprio. A agroecologia equipa o MST para uma situação concreta que é enfrentada enquanto organização e representantes de uma cultura e camada populacional.

O primeiro elemento é a questão política, não separamos agroecologia do debate político, não tratamos a agroecologia meramente de um aspecto técnico, para não reduzir o debate e não deixar de alargar o horizonte do assentado numa perspectiva da agroecologia.

As parcerias tem um peso, pois a gente aprende e ensina com os parceiros. Esses intercâmbios fortalecem a nossa perspectiva, pois até se a gente notar que a agroecologia desses parceiros não está numa lógica em que a gente acredita, isso também serve para acertar a nossa visão, nossa compreensão e vamos formalizar outras parcerias (ENTREVISTADO 7).

A agroecologia para o MST não é um regime de identidade, ela se liga a um problema concreto que é posto pelo sistema capitalista e o neoliberalismo. Significa uma manifestação de autonomia, e o redirecionamento da energia vital de parte da classe trabalhadora, sobretudo na forma como se organiza a luta pela terra.

Então mudar essa forma de se relacionar com a natureza. E um segundo elemento principal é cultivar a produção de alimentos saudáveis, principalmente nesse contexto da pandemia. O MST começa a contribuir com doação de alimentos desde março de 2020, seja para hospitais, escolas, creches, pessoas em situação de vulnerabilidade. E do ano passado para cá já doamos 5 mil toneladas de alimentos, no Brasil todo, foram 5 mil toneladas sem veneno, e isso causa um impacto em quem consome os produtos. Tem outras questões subjetivas que acabam agregando. Esse é um desafio do MST do qual a gente não pode se furtar, isso está na ordem do dia, de que temos que cada vez mais garantir a agroecologia como uma cultura (ENTREVISTADO 1).

Dessa maneira, com a agroecologia como estratégia de embate político verifica-se que o MST vê a agroecologia a partir de sua inserção na luta de classes. Assim, começa a ficar claro que não haveria uma agroecologia específica ao MST, mas sim uma agroecologia comum à luta camponesa, na qual está inserido o MST.

Eu vejo agroecologia como um norte estratégico mesmo, do grande esquema das coisas. Outros vão trabalhar mais a agroecologia unicamente como técnica de produção, e quando você faz isso, realmente é uma outra coisa. Mas depois o pessoal fica surpreendido porque os produtores votaram em Bolsonaro. E você tem, por fim, a perspectiva da agroecologia como resiliência, que é uma perspectiva que está entre a linha da estratégia ou como técnica de produção. E estaria voltada mais para uma questão interna da comunidade, em vez do todo da sociedade (ENTREVISTADO 7).

Nesse sentido, o MST não propõe a agroecologia enquanto uma nova hegemonia a ser adotada pelos detentores dos meios de produção, pois, sendo assim, a agroecologia poderia ser facilmente capturada, decomposta e ressignificada pelos atores do agronegócio que determinam a cultura legítima em razão de seu poder simbólico. A agroecologia é uma ferramenta utilizada não só pelo MST, mas por todos os movimentos que lutam por terra, povo e território.

“A população precisa comer e nós temos de alimentar o povo, porque o Capital não se preocupa com isso” (ENTREVISTADO 6).

4.1.4 Transição agroecológica: processos de consensos e dissensos

Importa aqui invocar a noção trazida na fundamentação teórica deste trabalho sobre a possibilidade de a agroecologia ser buscada como uma forma de movimento que parte de um polo passivo, em relações de dependência e subordinação, para posições de relativa autonomia. Essa mudança é marcada por assalariados rurais que se equipam da condição camponesa ou a reforçam. Não se trata aqui do campesinato como um termo anacrônico, como se trabalhadores do campo se despissem de modernidades para fazer um resgate primitivista, mas sim que estes trabalhadores passam a adquirir uma característica de autonomia, essencial à condição camponesa (VAN DER PLOEG, 2018).

Esse processo de autonomia do camponês vem a partir da luta pela terra e quando ele começa a vivenciar esse novo jeito de produzir e se relacionar com a terra. Quando eu sou assalariado eu não tenho relação com a terra, faço meu trabalho para ser remunerado (ENTREVISTADO 10).

As técnicas e tecnologias da agricultura convencional pós revolução verde não são, nem poderiam ser, rejeitadas em sua integralidade como frutos de uma mesma árvore podre, mas evitadas na medida em que são perpetuadoras e/ou causadoras de degradação ambiental e desigualdade social, buscando-se preservar aquelas úteis e compatíveis com princípios de uma agricultura sustentável. A agroecologia simbolizaria uma simbiose entre os saberes tradicionais que jamais deveriam ter sido esquecidos e o que há de melhor no avanço científico atual (FERNANDES, 2013; VAN DER PLOEG, 2018).

O caminho existente entre o cenário do modelo agrícola convencional e o agroecológico é o da transição agroecológica. Esta transição é atravessada por adaptações culturais, técnicas e tecnológicas, bem como pela busca pelo equilíbrio entre capacidade produtiva e sustentabilidade. Em certa medida, a transição agroecológica simboliza a própria busca por um desenvolvimento sustentável (ALTIERI, 2012, 2018).

A gente vai sair desse processo de transição quando? Eu acho que nunca iremos sair. Eu acho difícil sair do processo de transição, porque o MST traz em sua filosofia de reforma agrária e agroecológica, o processo de produção em escala. A finalidade de desapropriar o latifúndio, da conquista da terra e reforma agrária é produzir comida. Parece-me que o processo de chegar a agroecologia elimina o processo de produção de escala, de grande produção, e não se abrirá mão disso (ENTREVISTADO 4).

Este é um debate intenso, a questão posta é a de que a agroecologia não pode ser levada a escala e não pode ser uma substituição do modelo convencional, pois não teria como alcançar os níveis de produção agropecuária para consumo interno e exportações, figurando como produtor de alimentos e de *commodities* fundamentais à economia nacional.

Entretanto, parte da literatura assevera que há possibilidade de a agroecologia ser levada a escala de produção nacional, tanto em função de exemplos internacionais existentes, como Cuba e Índia, como também pela crescente percepção por parte da comunidade científica do potencial produtivo de métodos agroecológicos (SEN, 2003; SHIVA, 2016; ALTIERI; ROSSET, 2018; MACHIN SOSA *et al.*, 2021).

É preciso pontuar que falar da agroecologia como incapaz de ocupar o lugar do agronegócio é um dogmatismo discutível, pois este lugar a se ocupar só existe na realidade posta pelo capitalismo e pelo neoliberalismo. Realidade essa que pode parecer inescapável apenas em razão do imaginário popular que é capturado pelo realismo capitalista que determina essa realidade como natural, remetendo à famosa frase atribuída a Fredric Jameson e Slavoj Žižek: é “mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” (FISHER, 2020).

Contudo, simbolicamente, a agroecologia pretende um outro mundo, com outros padrões de consumo e, por conseguinte, de produção, de forma que a transição agroecológica passa a figurar – para o MST – como uma intersecção na qual se admite certa margem para técnicas convencionais degradadoras do meio ambiente como contradições naturais em face das limitações postas.

A transição não pode ser idealizada, muitas vezes as pessoas culpam o campesinato pela produção convencional que porventura seja realizada. Anos e anos de um modelo de extensão rural e propaganda que foi direcionado sobre isso. Os companheiros foram ensinados a esquecer seu modelo tradicional para fazer o modelo convencional, isso é um processo histórico que temos de entender em suas contradições (ENTREVISTADO 2).

Tem um elemento que temos que levar em consideração na questão do convencimento quando se refere ao assentado ou assentada, é o tempo. As coisas na agroecologia funcionam em outra temporalidade, e essa temporalidade precisa – necessariamente – respeitar os limites da natureza e às vezes os nossos assentados não querem, ou não podem ou não tem como esperar essa resposta e acabam partindo para o modo convencional (ENTREVISTADO 8).

Uma perspectiva interessante emergiu dos discursos sobre como a agroecologia não é um horizonte utópico, mas uma estratégia que tem desdobramentos práticos e que não deve ser idealizada ou romantizada.

Esse pragmatismo com o qual o MST-PB trata a agroecologia dá à transição agroecológica nos assentamentos novos contornos, podendo ser não apenas uma etapa para se chegar à agroecologia real, mas um campo intermediário – e talvez até permanente - de uma agroecologia possível.

O assentamento e a agricultura familiar camponesa, que se massifica a partir da luta pela reforma agrária, a luta pela terra dos movimentos sociais do campo. **Quando a gente desapropria o latifúndio, já se inicia um processo de transição agroecológica.** Basta ver aquilo que caracteriza um processo agroecológico. Por exemplo, produção diversificada. Qual a primeira coisa que a gente faz quando desapropria um latifúndio? Diversifica a produção. Uma outra das características da agroecologia, mão de obra, a gente passa a produzir não mais com trabalho assalariado, não mais com exploração de mão de obra e começa a produzir pela força de trabalho da própria família. A gente elimina a monocultura, a gente começa um processo de manejo de solo bem diferente do que o que latifúndio fazia, com toda agressão, uso intensivo de veneno, tudo isso começa a ser mudado (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Existe um romantismo agroecológico, onde se parece que sai do mundo para falar de agroecologia, **mas quando a gente desapropria o latifúndio, iniciamos a transição.** Então o assentamento 1º de março era cana-de-açúcar, hoje olha para isso, que beleza, o tanto de coisa que tem. Isso começou em 1995, quando a gente começou a arrancar a cana no braço para plantar milho, feijão, mandioca, inhame e **iniciou um processo novo de produção para alimentar as pessoas. E acima de tudo, o central, a finalidade de nossa produção passa a ser a comida, alimentar as pessoas e não mais produzir uma mercadoria** (ENTREVISTADO 9, grifo nosso).

A partir desta noção de uma transição agroecológica permanente, surge também a ideia de uma transição agroecológica natural à territorialização do MST, na qual os discursos oscilam entre tratar da transição como uma política institucional a partir do Programa de Reforma Agrária Popular de 2014 e do 6º Congresso Nacional do MST ou como sendo algo decorrente da própria desapropriação do latifúndio. A primeira passa a ser implementada nos acampamentos e assentamentos por meio da anteriormente mencionada metodologia camponês-camponês, dentre outros métodos, conforme este relato: “Aqueles assentados que querem trabalhar em uma lógica de transição agroecológica são com quem a gente inicia o trabalho e a partir deles convencer os demais. Porque o agricultor ou assentado funciona na lógica do São Tomé, ‘ver para crer’” (ENTREVISTADO 5). Já a segunda pauta trata de uma transição agroecológica que se ancora no fato de o assentamento operar em lógicas comuns à agroecologia. Surge, aqui, uma aparente divisão conceitual para uma transição agroecológica em sentido estrito e sentido amplo, respectivamente. “Eu acho que a gente faz um processo de transição o tempo todo” (ENTREVISTADO 10).

Então há o lado operacional, que é a forma mais rápida de tentar convencer o assentado ou assentada em uma lógica de transição agroecológica. Tem também os programas como os que eu falei antes, ATES e ATER, foram políticas públicas que de alguma forma incentivaram isso [a agroecologia] (ENTREVISTADO 5).

Para além da metodologia camponês-camponês existem iniciativas oriundas da institucionalização da agroecologia no Brasil, como programas tais quais a Assessoria Técnica Social, Ambiental à Reforma Agrária (ATES) e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que tinham como objetivo melhorar a qualidade de vida e os sistemas de produção de famílias rurais por meio de assistências técnicas. Estes programas foram, parcial ou totalmente, descontinuados a partir de 2016. Conforme afirma o Entrevistado 5, “não há mais apoio no sentido de orientação produtiva, antes com o ATES ainda tinha, o técnico estava todo dia no assentamento”, ponto retomado pelo Entrevistado 7:

Desde 1995 sempre teve algum apoio de assistência técnica, começou com o LUMIAR e o mais recente foi o ATES que acabou em 2016 com o golpe. A EMPAER (Empresa de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária) que tem um apoio não no sentido produtivo, mas de comercialização. A gente vendeu ano passado para o PAA do Estado (Programa de aquisição de alimentos) e é um técnico da EMPAER que faz esse encaminhamento. Mas do ponto de vista da orientação não temos mais.

No que tange o grau de compatibilidade das assistências os discursos alinham-se em um mesmo sentido:

Um camponês ensina mais o técnico do que o contrário. Porque o técnico chega com receita, mas quando se refere às relações da natureza não tem receitas, pois ela dá suas próprias respostas e as receitas, por vezes, mais atrapalham que ajudam.
(...)

A gente precisa mais do técnico para fazer um projeto do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), se o técnico não o fizer, não será aceitado (ENTREVISTADO 8).

Mas isso muito no campo da abstração política, porque, infelizmente, nem todos os técnicos dessas equipes que prestavam assistência técnica, que vinham ou tinham essa concepção com foco na agroecologia ou com uma visão ambiental um pouco diferenciada. Geralmente foram agrônomos, veterinários, zootecnistas, engenheiros florestais que terminaram seus cursos nas universidades com a visão muito convencional e era esse tipo de profissional que tínhamos que contratar para prestar assistência técnica. Porque por mais que o MST tivesse parcerias com universidades públicas, não daria conta de formar vários agrônomos, veterinários, engenheiros ambientais para prestar assistência técnica aos assentamentos, não só esses profissionais, mas também pedagogos, historiadores, etc. (ENTREVISTADO 1).

E pelo estudo, temos várias formações, em todos os estados e na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) de cursos voltados para a questão agroecológica. Já tivemos uma especialização e um mestrado em parceria com a UFSC na questão agroecológica, chegamos a formar duas turmas de especialização e três de mestrado e

foram companheiros que tiveram uma vivência teórica na universidade (ENTREVISTADO 8).

O MST também institucionaliza iniciativas de educação ambiental voltadas à agroecologia, bem como se associa a instituições de ensino para fazê-lo, conforme os excertos acima.

A agroecologia não é, na maior parte das vezes, a prática que os camponeses do Nordeste fazem, porque eles foram ensinados a produzir dentro do modelo convencional. Então como qualquer teoria emancipatória tem que entrar na área de forma dialógica, não só com conversa, mas reunir a questão da ação com diálogo de saberes, que é a prática Freiriana, inclusive (ENTREVISTADO 3).

“As dificuldades existem, não podemos idealizar o processo, mas não podemos culpabilizar o campesinato por coisas que não é culpa dele” (Entrevistado 3). Essa compreensão das contradições da transição agroecológica nos assentamentos, sem culpabilizar os produtores por aderirem a certas práticas convencionais, engloba duas questões primordiais, a agroecologia enquanto componente de uma educação ambiental emancipatória que deve ser construída paulatinamente e a compreensão de que existem não só potencialidades, mas – e principalmente – limites aos sistemas produtivos nos assentamentos.

Temos uma limitação, no processo agroecológico não se pode depender de insumos externos, o equilíbrio da agricultura agroecológica é o equilíbrio entre agricultura e pecuária. Aqui não trabalhamos com pecuária, então todo esterco nosso vem de fora, esse é um fator limitante. **Então dizer que temos agroecologia, não temos, temos uma agricultura orgânica em processo de transição e talvez nunca cheguemos na agroecologia, considerando todos os princípios. E os lotes por serem pequenos também são uma limitação** (ENTREVISTADO 7, grifo nosso).

Temos camponeses que vão decidindo fazer processo da transição, mesmo que não seja uma ação da coletividade, porque tem gente que pensa de todo jeito e temos que respeitar mesmo que seja inadmissível certas práticas, mas não temos o que fazer. Poderia dizer que um limitante da nossa prática agrícola no processo de transição, mesmo que de forma pequena, não na proporção do agronegócio, é o uso do veneno. Mas que veneno é esse? mais os herbicidas, mas na perspectiva de diminuir o excesso de trabalho empregado para limpar a mata, que é um trabalho muito duro. Usamos apenas herbicidas simples para botar nos matos. Não estou justificando, sei que é uma limitação, mas só há essa (ENTREVISTADO 10).

E também entendemos que é uma temática que a gente tem que estar o tempo todo discutindo ela para de fato, se não eliminar, mas minimizar **o impacto [ambiental] que ainda é grande, a utilização de agrotóxicos pelas próprias famílias assentadas**. Uma contradição que não podemos deixar de falar, e existe de fato, mas o MST ao mesmo tempo que tem essa contradição, avançou no sentido de pensar outras ações de agroecologia que pudesse aos poucos ir mitigando essa questão do **uso de veneno dentro das áreas [assentadas]** (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Conforme dito na delimitação da área de estudo, quando analisados os espaços de produção, percebe-se nos assentamentos a utilização de defensivos químicos, que por vezes são tratados como agrotóxicos, por vezes são tratados como herbicidas brandos. Essa oscilação foi percebida de acordo com como os depoentes se relacionam com as limitações dos processos agroecológicos nos assentamentos.

Produtores assentados tiveram uma tendência a falar do uso de defensivos químicos como tecnologias brandas, especialmente quando comparadas com as utilizadas pelo agronegócio, e depoentes não assentados preferiram a denominação de agrotóxicos, sendo assim mais críticos quanto à sua utilização. Esta variação pode estar relacionada a uma tendência apologética natural, dada a relação de um assentado com a produção de seu assentamento, bem como pode estar relacionada a proximidade dos depoentes assentados com o processo produtivo, que pode resultar em uma maior afinidade com o produto empregado e sua mais correta caracterização.

Não existe possibilidade, principalmente aqui no Nordeste, de agricultura camponesa se viabilizar dentro do modelo convencional. A agroecologia é o caminho de se viabilizar. Por exemplo, o camponês não consegue vender, beneficiamento é difícil, adequação às normas é difícil, isso tudo manipulado pelo agronegócio. Mas quando você faz a transição agroecológica, você já tem um público específico nas cidades para vender, comercializar e isso torna viável a produção camponesa e o campesinato. O modelo convencional torna muito difícil comercializar também nos meios convencionais de comercialização. Então no Nordeste não tem viabilidade econômica do campesinato hoje que não seja pela transição agroecológica (ENTREVISTADO 3).

Se você está em uma lógica convencional, além de ter um gasto financeiro por estar comprando veneno, tem o dano com a saúde. Tem vários casos de militantes, agricultores, acampados, que utilizaram veneno e até hoje continuam com as consequências, porque usaram durante muitos anos e até hoje continuam em tratamento. Então não é algo simples de fazer e de convencer o agricultor de sair da utilização do veneno para partir para a questão agroecológica (ENTREVISTADO 2).

A agricultura capitalista, na proporção que for, se trabalha muito com o termo produtividade. Mas você tem que fazer um cálculo de custo de produção. Você pode plantar lavoura X e gastar mil ou dois mil reais de veneno, e sem veneno você não tem a produtividade, mas compensa em não ter investido o valor no veneno, não ter agredido a natureza e não ter produzido alimento com veneno. Um pé de mamão produzido sem veneno é muito mais barato do que um produzido com veneno. Existe o elemento incentivo, claro, de ter mais lucro (ENTREVISTADO 10).

Uma vez que se admite a dificuldade em propagar métodos agroecológicos em virtude de toda uma historicidade que consolida nos produtores o método agrícola convencional, busca-se demonstrar o sucesso possível dentro de uma atuação agroecológica por meio de resultados econômicos.

O principal ponto é o assentamento se conscientizar dessa questão de que o caminho da agroecologia é o caminho da viabilidade econômica, caminho estratégico para a reforma agrária, isso passa por um processo de formação.

Diferentes locais terão diferentes realidades. Você vai encontrar diversas experiências agroecológicas no Brasil inteiro que não tem essa formação (...)

Na eleição de 2018, o mais comum era feira agroecológica onde o produtor era eleitor de Bolsonaro. Porque foi feito o processo de transição da matriz tecnológica, mas sem o processo de conscientização (ENTREVISTADO 3).

Contudo, essa viabilidade econômica, que está relacionada à noção de progresso econômico da realidade capitalista (FISHER, 2020), não é feita de forma acrítica. A formação agroecológica, no MST, é contextualizada na luta pela terra e na luta de classes.

Temos uma sociedade que é regida pelos valores do capital, mas se você olhar para um assentamento, é um mundo totalmente diferente, a gente é uma célula dentro de um monstro tentando viver diferente. Por mais que as pessoas ainda reproduzam os valores do capital, pois não tem como escapar totalmente, já que a gente está numa sociedade capitalista (ENTREVISTADO 10).

As coisas são históricas, não são estalos da mente. Por exemplo, para eu chegar aqui assentado e viver a vida inteira na militância e voltar depois de dezoito anos e dizer ‘vamos produzir sem veneno’, é porque foram dezoito anos de uma caminhada, aprendendo, vendo que é possível (ENTREVISTADO 10).

Neste excerto do depoimento do Entrevistado 10, há uma síntese do pensamento do MST-PB sobre a transição agroecológica como sendo um palco de batalhas simbólicas e materiais, externas e internas, coletivas e individuais, e que mesmo eivada de contradições e limites, caminha com um horizonte norteador de uma sustentabilidade possível através da agroecológica em sua multiplicidade de formas (FERNANDES, 2013).

4.1.5 Mudanças oriundas da transição agroecológica nos assentamentos

Para o Movimento como um todo, englobando as instâncias organizativas, os assentamentos, acampamentos, escolas dentro dos assentamentos, associações, cooperativas, agroindústrias, toda a infraestrutura do MST. O principal ganho é a mudança de uma cultura, ou se não uma mudança, uma transição para uma lógica de estabelecer um outro tipo de relação com a natureza (ENTREVISTADO 5).

A primeira mudança é produzir um ambiente com o máximo de equilíbrio [ecológico], uma segunda coisa que é resultado da transição é a garantia da vida. As pessoas poderem ter um lugar para viver, isso é agroecologia, ter um direito de ter uma casa que foi resultado de uma luta, da conquista da terra. Essa casa está vinculada ao direito ao alimento também. A transição produz um resultado ambiental, mas dá sequência garantindo o direito à alimentação e vida (ENTREVISTADO 8).

A primeira dimensão a ser usada como exemplo para falar das mudanças causadas pelos processos de transição é a coletiva, tanto no que tange às relações ambientais dos assentamentos

quanto às relações intersubjetivas. A coleta revelou uma estabilidade nos discursos sobre uma evolução positiva no cotidiano dos assentamentos e os níveis de qualidade ambiental onde se situam.

Para a gente sempre chegou o pior, a comida no engenho era chamada de ‘quarenta’, que era o fubá dissolvido na água quente, embolado e um peixe refugio da pesca dos pescadores que era salgado e chamado de caíco. (...) Se a gente fosse pego chupando uma cana, nossos pais eram chamados a atenção pelo dono da fazenda (ENTREVISTADO 7).

Ele mudou a vida depois que virou assentado, hoje tem casa na cidade, terreno aqui, educou os filhos. Todo um processo a partir da mudança feita pela luta. Tendo sido alguém que veio da extrema pobreza onde ele trabalhava a semana inteira e aí no fim de semana ia no ‘barracão’ pegar uma quantidade de comida cujo valor era descontado do trabalho feito na semana. Quando você pegava o arroz, feijão, charque, açúcar e café, o valor era mais alto do que o trabalho, isso gerava uma dívida. Na semana seguinte acontecia a mesma coisa. Após alguns anos a vida daquela pessoa era do dono da fazenda, pelo acúmulo das dívidas. Era escravidão (ENTREVISTADO 6).

A outra grande dimensão mencionada é a percepção individual de melhoria de qualidade de vida, os depoentes assentados têm um discurso uniforme sobre como a vida anterior ao assentamento era uma vivência de abusos patronais e carestia. O assentamento representou, então, uma emancipação social das relações de opressão patronal, que chegava ao ponto de trabalho análogo à escravidão. E a transição agroecológica trouxe soberania alimentar e relativa autonomia financeira, claro que limitada pelo potencial produtivo dos assentamentos.

As técnicas agroecológicas empregadas significam a expansão das capacidades produtivas iniciais dos assentamentos, sementes crioulas ou nativas podem ser reproduzidas de maneira que os produtores não mais dependem de políticas de crédito associadas a pacotes tecnológicos com sementes geneticamente modificadas que não se reproduzem, assim como tem maior resistência para armazenamento em períodos de estiagem. A associação de culturas compatíveis com o solo em rotação, a não utilização de máquinas para certos processos de aração de maneira a não compactar demasiadamente o solo e a evitação de adubação química resulta em fortalecimento do solo e na geração de plantas naturalmente mais resistentes a pragas.

Não existe coisa mais importante do que você ter uma terra. A gente sofre politicamente, pois lutamos tanto e o povo vende por nada. Quantas pessoas aqui não negociam lote por besteira e aí depois vão pedir esmola nas cidades, pedir aqui macaxeira para comer (ENTREVISTADO 10).

Contudo, salienta-se que esta posição não é uniforme para a totalidade dos assentados, chefes de família assentados ou seus descendentes por vezes vendem seus lotes em razão de sua

valorização, porém sem conseguir consolidar algum patrimônio posteriormente. Interessante apontar que não há impedimento legal para a venda do lote, visto que quando se conquista a terra o Incra dá à família um contrato de concessão de uso, que é provisório, e já neste momento há possibilidade de se negociar as benfeitorias feitas, após o título definitivo a família também pode colocar a terra no mercado, caso assim deseje. Na ausência de um marco regulatório que proíba esta conduta, existe a questão ideológica que torna a venda em um certo tabu.

A agroecologia ajuda na transformação de identidade, de afirmação, de auto reconhecimento de um sujeito e ele se reconhecer no território. Tem assentados que vem do trabalho assalariado profundo, do engenho e corte da cana, que mesmo com o passar dos anos, não se reconhecem enquanto agricultor assentado. **É um processo de crise de identidade mesmo, existem assentados cujo processo de formação foi tão forte que eles não conseguem superar essa ideia e reconhecer que fazem um trabalho livre, autônomo, que são donos de seus destinos e não tem mais capataz e dono da fazenda** (ENTREVISTADO 4, grifo nosso).

Meu pai morreu por causa disso, nunca aceitou o assentamento, não aceitava não deixar de ser explorado. Ele dizia ‘como vamos viver sem o dono da fazenda?’. **Ele considerava a desapropriação como um ato de bandidagem, como se estivéssemos fazendo um roubo.** Ele ficou inimigo da minha mãe depois do assentamento, porque ela se tornou assentada com orgulho. Ele virou alcoólatra e bebeu até morrer (ENTREVISTADO 6, grifo nosso).

Estas discordâncias atravessam o cotidiano dos assentamentos de forma marcante, existindo inclusive cisões em núcleos familiares. Existe dissenso com relação ao próprio ato de ocupar e assentar, bem como dissenso quanto à abdicação de técnicas convencionais de produção. “Tem um cara aqui nesse próximo lote que ele arrocha fogo em tudo. Ele acha que tem que usar fogo em tudo para limpar. Ele é assentado, mas era um cara do engenho. O inhamé daqui não dá doença, o dali dá. Por que? Porque o que está doente é o solo” (ENTREVISTADO 4).

Você romantiza o camponês e o camponês não é um ser romântico. O que um camponês tem é uma relação profunda com a natureza, porque é o lugar dele de existência no mundo, é o lugar de relação profunda com a natureza em todos os sentidos (ENTREVISTADO 10).

A coleta demonstrou que assentamentos em transição agroecológica são palcos de mudanças em múltiplas áreas. Mudanças que são majoritariamente positivas, mas que devem ser analisadas sob um ângulo de reconhecimento quanto aos limites da capacidade produtiva dos assentamentos, bem como sobre como os assentados estão inseridos em um local de profunda disputa onde nem todos reconhecem que a luta pela reforma agrária e a “destruição

do latifúndio” está associada a uma aguda subversão de técnicas de produção profundamente enraizadas em seu imaginário.

4.1.6 Luta pela terra e luta de classes

O elemento central que nos diferencia das demais organizações, é ver a agroecologia no contexto da luta de classes, é uma questão que está em disputa. Quando a Seara faz um produto agroecológico ela está disputando diretamente com a gente. Mas qual a agroecologia que a Seara está fazendo? E quando falamos da agroecologia de uma forma mais abrangente, temos que pensar que - e aí o grau de complexidade se intensifica - precisa ter necessariamente outro tipo de relação social entre nós com a natureza e entre nós homens, mulheres, crianças, idosos, porque a gente não pode defender agroecologia assentado na base do machismo, do preconceito, temos que romper com esse tipo de prática dentro dos assentamentos e a gente quer avançar para uma transição agroecológica de fato que mude essa lógica convencional de agricultura que está aí (ENTREVISTADO 2).

“Agroecologia é estratégia, ela não é uma técnica de produção, é um caminho estratégico que visa não somente a transformação da matriz tecnológica convencional, mas também engloba outras questões e envolve a luta de classes, a luta pela terra” (ENTREVISTADO 4).

A partir do *corpus* do material coletado emergiu dos discursos manifestos o papel da luta de classes enquanto combustível das disputas materiais e imateriais. Uma das tarefas do arranjo neoliberal é a captura do estado e sua instrumentalização em favor da acumulação privada. Ou seja, não se trata apenas de reduzir o papel do estado, mas de colocá-lo a serviço dos interesses privados.

Então, no estado configurado pelo pensamento neoliberal chega-se ao ponto de o titular do poder econômico exercer diretamente o poder político, ou o detentor do poder político ter reais afinidades com as agendas submersas dos detentores do poder econômico (ACSELRAD, 2013).

Bourdieu (2007) aduz que existe uma relação institucional entre estado e produção de conhecimento, entendendo a produção de conhecimento como sendo edificada por estruturas que foram institucionalizadas pelo estado, pois este tem o poder de estabelecer normas comuns. E essas estruturas garantem a legitimidade de um conjunto de vivências, de uma visão de mundo de alguns grupos específicos. Padronizando de alguma maneira a construção subjetiva e coletiva.

Essas estruturas também atuam refletindo o reconhecimento e legitimidade no sentido de criar essa padronização e construção subjetiva, edificando aquilo que Bourdieu (2012)

chamou de cultura legítima. Seria “legítimo” então aquele trecho da cultura de uma sociedade que dá acesso a posições de maior poder. O modelo agrícola que se consolida após a revolução verde passa a ser compreendido como modelo convencional, tornando-se a cultura legítima existente no manejo e ocupação da terra (DARDOT; LAVAL, 2016; STIGLITZ, 2020).

Agroecologia é estratégia, ela não é uma técnica de produção, é um caminho estratégico que visa não somente a transformação da matriz tecnológica convencional, mas também engloba outras questões e **envolve a luta de classes**, a luta pela terra, cooperativismo (ENTREVISTADO 3, grifo nosso).

Não à toa os atores sociais pertencentes ao chamado agronegócio detêm a hegemonia do poder simbólico, refletido em sua capilaridade e presença tanto na esfera pública quanto na privada, visto que tem uma forte representação governamental tanto por meio de bancadas parlamentares e cargos executivos quanto na sua posição de domínio econômico do capital privado (BOURDIEU, 2012).

Não acho que haja uma agroecologia do MST, acho que há uma agroecologia que vem sendo praticada por camponeses, dentre eles o MST, que tem um caráter mais estratégico. **A agroecologia sendo colocada como uma bandeira alternativa ao agronegócio e à sociedade capitalista no meio rural hoje. Propondo um modelo de agroecologia que se preocupa em alimentar a classe trabalhadora** (ENTREVISTADO 3, grifo nosso).

As disputas simbólicas e materiais travadas no campo social produzem efeitos sobre os significados no mundo, impactando o próprio imaginário social. Desta forma, pode-se dizer que existe um imaginário produzido pelos atores sociais que, na ausência de melhor termo, saem vitoriosos na disputa dos campos simbólicos ou terrenos imateriais. Em razão da consolidação da hegemonia neoliberal nas últimas décadas, houve o desenvolvimento de um imaginário neoliberal, produto de uma racionalidade, um modo de ver e pensar o mundo que gera uma normatividade, ou seja, um novo registro de verdade, um novo regime do normal e também um novo imaginário a partir de imagens chave como a da empresa, da meritocracia, do empreendedorismo e do individualismo (BOURDIEU, 2012; DARDOT; LAVAL, 2016; CASARA, 2021).

Hoje é fundamental pensar o neoliberalismo não apenas como uma teoria econômica, não apenas como modo de produção e não apenas como uma ideologia, mas como uma racionalidade, mais precisamente um modo de viver e atuar no mundo. Dessa sorte, tudo aquilo que se afasta dessa racionalidade hegemônica é visto como irracional (DARDOT; LAVAL, 2016).

Essa racionalidade vai então produzir uma série de mudanças a partir dessas imagens e ideias que integram o imaginário neoliberal, gerando mudanças profundas no estado, na sociedade, na cultura e na formação da identidade dos indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016; CASARA, 2017, 2021).

É nesse sentido que ocorrem as disputas pelos territórios imateriais ou pelo espaço da ideologia e das ideias, como dito por Holt-Giménez *et al.* (2021). Exemplos dessa disputa são evidenciadas a cada momento em que se busca consolidar no imaginário comum a noção de que o modelo convencional agrícola é o único existente, que o agro é tech, é pop, é tudo, ou que movimentos sociais como o MST são grupos terroristas ou que suas lutas são eivadas de ilegalidades (STIGLITZ, 2020).

Seja o neoliberalismo ou o próprio capitalismo, além de regimes econômicos são também regimes cognitivos, isto é, regimes de percepção e representação do mundo. Então, é importante recuperar o aspecto simbólico de todo o construto social onde vivemos para justamente escapar desse realismo capitalista, no qual se calca a ideia de que essas subjetividades são aspectos quase que dados pela natureza e, portanto, imutáveis (BAUMAN, 2003; HARVEY, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016; SANDEL, 2020).

A luta pelos territórios, tanto materiais quanto imateriais, é um conflito que ultrapassa os limites do tangível e faz parte da disputa quanto as próprias noções de sustentabilidade enquanto visão do mundo. A luta pela terra e as lutas dos movimentos sociais do Sul Global são as incontáveis batalhas coletivas que existem para desafiar os consensos fabricados pelo neoliberalismo e expor, mesmo que através de pequenas frestas, os seus dissensos e contradições que, por sua vez, permitem imaginar outros mundos possíveis (HOPWOOD, 2011; LIMA, 2017; STIGLITZ, 2020; FISHER, 2020).

CONCLUSÃO

Este capítulo tem como finalidade retomar os objetivos específicos e verificar as hipóteses levantadas nesta dissertação.

Conforme dito anteriormente, existe um crescente debate a respeito de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, sobre o que de fato pode ser considerado sustentável, e como seria, caso exista, o modelo ideal de um desenvolvimento sustentável. Neste debate estão associadas discussões sobre como a justiça e a injustiça se manifestam no meio ambiente, e como neoliberalismo e a luta de classes são elementos presentes na formulação dos discursos e práticas de movimentos sociais rurais que operam neste cenário em nome de suas causas. Além disto, a agroecologia figura como uma constelação de saberes e uma práxis que tanto equipa quanto ajuda a definir as lutas destes movimentos, premente dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o MST.

O MST, enquanto movimento social inserido num contexto de conflitos socioambientais, participa da luta pela terra por meio de uma reforma agrária popular e também disputa os significados de sustentabilidade com os atores representantes do agronegócio, que figuram como detentores da maior parte da terra utilizada como recurso e meio de produção e possuem maior representatividade política e estatura econômica, utilizando sua capilaridade para determinar qual modelo agrícola será dominante para o restante da população.

Com a ascensão do neoliberalismo como um modelo econômico e regime cognitivo, é produzido um sentido que atravessa toda a sociedade na forma de uma cultura legítima, isto é, que internaliza nos indivíduos, na coletividade e no poder público noções, valores e comportamentos orientados pelo mercado, pela competição, pela mercantilização das relações sociais e pelo consumismo.

Estas noções não são verdades naturais, mas construtos sociais que podem ser desconstruídos como resultado de disputas simbólicas, como disse o saudoso antropólogo anarquista David Graeber (2016, p. 89), em sua obra *Utopia das Regras*, “a grande verdade secreta é que o mundo é apenas algo que fazemos, e que poderíamos facilmente fazer de forma diferente”.

A agroecologia, no sentido aqui defendido, ocupa a categoria de práxis, entendida como uma síntese dialética de teoria e prática orientada para a transformação das relações sociais. A agroecologia, por operar tanto nos terrenos materiais quanto imateriais, é apropriada pelo MST como uma forma de se fazer as coisas e também como uma bandeira de luta por significados.

A práxis, então, enfatiza o potencial reflexivo humano de modificar o mundo natural e social, e é a grande característica da agroecologia aqui discutida.

A agroecologia, por outro lado, também tem sido institucionalizada, tanto pelo estado, por intermédio de políticas públicas, quanto por componentes da cadeia produtiva do agronegócio, que a adotam como selagens e tática de *greenwashing*. Essa agroecologia é também adotada pelo MST enquanto linha estratégica, sinalizando para todos os seus assentamentos que a luta por reforma agrária popular se reconhece como agroecológica.

Em Pitimbu tem-se um território edificado em conflitos socioambientais, marcado pela disputa histórica entre o latifúndio e a pequena agricultura, que é o lar do primeiro assentamento da reforma agrária na Paraíba. O assentamento 1º de março e seus circunvizinhos, os assentamentos Teixeira e Nova Vida, componentes de um bloco de assentamentos do MST-PB e da CPT, são assentamentos do MST-PB que trabalham com agricultura orgânica em processo de transição agroecológica.

O percurso metodológico desta dissertação permitiu cumprir os objetivos específicos aqui propostos. Foi possível analisar que a inserção da temática ambiental nas pautas do MST-PB tem distinções de um ponto de vista formal e material. Formalmente, a questão socioambiental foi apropriada pelo discurso do Movimento apenas de forma posterior, contudo, o MST-PB interpreta que materialmente sua atuação sempre operou no campo socioambiental. Desta maneira, muito embora a luta pela terra não tenha sido inicialmente veiculada como uma pauta também ambiental, reconhece-se de forma retroativa que ela, de fato, a era, pois leva-se em consideração a terra como recurso ambiental e a diferença do manejo da terra nos assentamentos.

Dessa maneira, foi possível compreender que a agroecologia para o MST, por este ser um movimento social rural inserido na luta de classes, além de representar um campo do conhecimento vasto e plural, representa também uma estratégia de ação prática e política.

Não obstante, no papel de linha estratégica para o Movimento como um todo, identificou-se que a agroecologia encontra resistências nos assentamentos e entre os assentados. Estas resistências se dão, no campo prático, em razão dos limites técnicos, tecnológicos, financeiros e sociais existentes nos assentamentos, que tornam necessárias a utilização de técnicas convencionais no manejo da terra. Além disso, existem resistências de ordem imaterial em razão de os assentados serem socializados e educados com base no modelo hegemônico de agricultura. Associa-se a isso condicionamentos históricos e a aversão ao risco, já que os produtores assentados não têm poupança e liberdade de experimentar em seu manejo, até

mesmo porque a perda de uma safra pode representar o limite entre a fome e a segurança alimentar

Para sanar estas resistências, o MST tem campanhas próprias e colabora com entidades externas para divulgação de conhecimentos e práticas agroecológicas, tentando aproximar os assentados de resultados exitosos com agroecologia e também ensiná-los a explorar potenciais agroecológicos em seus assentamentos.

Com relação ao derradeiro objetivo específico desta dissertação, foi possível levantar que, muito embora a agroecologia em si não tenha características específicas ao MST, estas perpassam os movimentos sociais rurais na luta de classe como um todo, de forma que a transição agroecológica tem contornos próprios para o MST-PB.

Os assentamentos pesquisados apresentam como principais fatores limitantes para a transição agroecológica: 1) a autonomia financeira, visto que há dificuldade de comercialização, e esta é atribuída a diversos fatores, como a insuficiência de programas estatais de compra da produção e a dificuldade de inserção no mercado. Assim, a falta de acesso dos produtores a programas de selagem para produtos orgânicos torna difícil a venda de produtos orgânicos e agroecológicos, sobretudo em face da concorrência com aqueles já estabelecidos no mercado. 2) A dependência de insumos oriundos da pecuária, que não é praticada nos assentamentos, de maneira que toda a produção de adubo depende de esterco que é adquirido externamente. Além disso, não há como produzir proteína animal para além da escala de consumo próprio das famílias. 3) O tamanho diminuto dos lotes, os quais possuem uma média de 4,5 hectares cujo perímetro ainda é limitado por áreas de cobertura florestal, pela topografia acidentada e pela própria existência das estradas que dão acesso aos assentamentos. 4) A limitante baixa força de trabalho, visto que cada família assentada depende quase exclusivamente do trabalho de seus próprios membros, que não raramente optam por deixar a vida no campo, sendo o custo de contratação de mão-de-obra externa proibitivo. 5) A resistência dos próprios assentados em aderir a técnicas agroecológicas, visto que alguns assentados continuam a ver os métodos convencionais como a única forma possível.

Estas limitações são tidas como realidades de improvável alteração, pois mesmo quando o governo federal era afim a algumas pautas do MST, durante as presidências do PT, o movimento não percebeu significativos avanços – provenientes do Estado – na luta pela reforma agrária, e as políticas públicas voltadas para melhoria na qualidade de vida dos assentamentos foram percebidas como tímidas. Associado a isso, a percepção do MST-PB é de que as políticas públicas voltadas para sustentabilidade na agricultura e a disseminação da agroecologia são

majoritariamente destinadas ao agronegócio. Neste cenário, a superação destes limites é percebida como tão distante que o MST-PB vê como única saída operar dentro deles.

Visto que as limitações existentes nos assentamentos são entraves para a conclusão de uma transição para um modelo plenamente agroecológico sem sacrificar um núcleo essencial da luta do MST, que é produzir comida para alimentar o povo, busca-se compatibilizar a conversão das técnicas convencionais degradadoras do meio ambiente. Os assentamentos admitem, de forma crítica, a continuidade de certas atividades convencionais, que causam degradação ambiental, mas que ainda não puderam ser superadas e talvez nunca possam.

Por fim, além desta transição permanente que emana dos discursos, foi verificada também uma possível divisão conceitual entre os produtores para a transição agroecológica a partir do MST-PB. Por um lado, existiria a transição agroecológica em sentido estrito, que se inicia como um projeto deliberado a partir do Programa de Reforma Agrária Popular e dos planos de desenvolvimento de cada assentamento. Por outro lado, se destaca uma noção mais ampla de transição agroecológica, que se inicia com a desapropriação do latifúndio e o surgimento de um assentamento e as conseqüentes alterações quanto a diversificação de culturas, uso de agrotóxicos e uso da mão-de-obra familiar.

Esta transição agroecológica é possibilitada pelas potencialidades dos assentamentos e da própria organização do MST-PB, quais sejam: 1) uma eficiente trama organizativa que reforça o aspecto comunitário nos assentamentos, aproximando as famílias assentadas e permitindo o intercâmbio de saberes e práticas e a viabilização da transição agroecológica como uma cultura tanto entre assentados em um mesmo assentamento quanto entre diferentes assentamentos. 2) O contato com experiências agroecológicas exitosas que exemplificam a viabilidade desta prática para os assentados. 3) A formação política integrada, contínua, permanente e associada à educação ambiental que permite a formação de uma consciência agroecológica nos assentados.

Com base no que foi apresentado, conclui-se que os sistemas de produção desenvolvidos pelo MST em Pitimbu-PB tem potencialidades para o início de processos de transição agroecológica, contudo, as limitações de múltiplas ordens existentes nos assentamentos, os impede de satisfatoriamente converter ou substituir todas as técnicas de agricultura convencional degradadoras do meio ambiente, sobretudo, sem sacrificar sua produção essencial. Desta maneira, os assentados admitem, inclusive, um estado permanente de transição agroecológica.

Apesar das limitações e resistências às transições, são perceptíveis as vantagens para os produtores. Desde o surgimento dos assentamentos, e com o advento das práticas agroecológicas, houveram melhorias na capacidade produtiva, na fertilidade do solo e no aumento da biodiversidade nos assentamentos e nas áreas circundantes. Também são perceptíveis os avanços na luta política do MST junto ao restante da sociedade civil por meio da intensificação dos debates sobre a sustentabilidade do modelo agrícola tradicional e de feiras agroecológicas que, além de serem canais de comercialização, também são canais de difusão cultural e de contato com o público consumidor. Assevera-se que houve também um impacto econômico positivo, visto que a produção agroecológica por meio destas feiras agroecológicas foi uma importante ferramenta para escoamento da produção em face da retração de políticas públicas de assistência de crédito e compra de produtos, bem como para o enfrentamento da crise global gerada pela pandemia covid-19.

Portanto, confirma-se a primeira hipótese desta dissertação, pois a agroecologia tem particularidades no contexto do MST, por ser uma agroecologia orientada politicamente com sentido na luta de classes e com contornos próprios quanto à transição agroecológica. E confirma-se, também, a segunda hipótese, em razão da transição agroecológica trazer benefícios sociais, ambientais e econômicos para os assentados e seus familiares em suas unidades de produção.

REFERÊNCIAS

- _____. **A reforma agrária necessária**: por um projeto popular para a agricultura brasileira. MST, 2009. Disponível em <<https://mst.org.br/2009/05/20/nossa-proposta-de-reforma-agraria-popular/>> Acesso em 30 de junho de 2020.
- ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. A. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.
- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais**: O caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, [s. l.], v. 24, ed. 68, p. 103-119, 2012.
- ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [s. l.], v. 5, p. 49-60, 2013.
- ADISSI, Paula Oliveira. **Estado, mídia e criminalização do MST**: um estudo a partir do caso de Pocinhos (PB). Orientador: Gonzalo Adrián Rojas. 2011. 261 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2013.
- ALTIERI, Miguel; ROSSET, P., **Agroecologia ciencia y politica**. 3e ed. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología: SOCLA, 2018.
- ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Victor Manuel. **The agroecological revolution in Latin America**: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *The Journal of Peasant Studies*, [s. l.], v. 38, ed. 3, p. 587-612, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2011.582947>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- SAMBUICHI, Regina Helena Rosa (org.) *et al.* A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. 463 p.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ATHANASSAKIS, Yanoula. **Environmental Justice in Contemporary US Narratives**. Oxfordshire, Reino Unido.: Routledge, 2018.
- ATWOOD, R. **Organic or starve**: can Cuba's new farming model provide food security? *The Guardian*, 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2017/oct/28/organic-or-starve-can-cubas-new-farming-model-provide-food-security>. Acesso em: 23 set. 2021.
- BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BIANCHINI, V. & MEDAETS, J. P. P. **Da revolução verde à agroecologia**: Plano Brasil Agroecológico. Brasília: MDA, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL, Lei 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condições%20legais. Acesso em 29 set. 21.

BRASIL. Plano nacional de agroecologia e produção orgânica – Planapo: relatório de balanço 2016-2019. Brasília: MDA, set. 2016. 92p.

BRASIL. Decreto nº 7794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. [S. l.], 20 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. [S. l.], 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 12188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. [S. l.], 11 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. [S. l.], 31 ago. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 30 nov. 2021.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. 1 ed. Brasília: MDA/SAF, 2014. v.1. 24 p.

CASARA, Rubens. **Contra a Miséria Neoliberal**. São Paulo, SP: 1, 2021. 386 p. ISBN 6587233384.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático**: Neo-Obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017. 240 p. ISBN 8520009506.

DAL MASO, Juan. **Hegemony and Class Struggle**: Trotsky, Gramsci and Marxism. Londres, Reino Unido: Palgrave MacMillan, 2021. 221 p. v. 1.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p.

DIAS, Alexandre Pessoa *et al.*, (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2021. 816 p.

DOUTHWAITE, R. **The Growth Illusion**. Green: Bideford, 2011.

FERNANDES, Bemardo Mançano. **Formação e territorialização do MST no Brasil** In CARTER, Miguel. (Org) **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. Tese (livre-docência em Geografia,) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2013.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, [s. l.], v. 9, ed. 17, p. 111-135, 2014.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 137 p.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Fundação Heinrich Böll. **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen Santos, Verena Glass, organizadoras. – Rio de Janeiro-RJ: 2018. Disponível em <<https://br.boell.org/pt-br/atlas-do-agronegocio>>. Acesso em 30 junho 2020.

GHIZELINI, André A. Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 1, ed. 23, p. 90-111, 2019.

GLIESSMAN, Steve. **A vision for future food and agriculture systems**: Agroecology and Sustainable Food Systems. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 137-138, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21683565.2020.1676967>. Acesso em: 24 nov. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.

GRAEBER, David. **The Utopia of Rules**: On Technology, Stupidity, and the Secret Joys of Bureaucracy. Brooklyn, NY, EUA.: Melville House Publishing, 2016.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída Couto Dinucci. **Alimentação**: um direito humano em disputa - focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo-SP, v. 24, ed. 9, p. 3369-3394, 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Georgia: University of Georgia Press, 2009.

HERCULANO, Selene. **Do Desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz**. In: ecologia, Ciência e Política. 68. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1992. v. 5, p. 9-48.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric *et al.* **Thresholds of resistance: agroecology, resilience and the agrarian question**, *The Journal of Peasant Studies*, 48:4, 715-733, DOI: 10.1080/03066150.2020.1847090, 2021.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Food Security, Food Justice, or Food Sovereignty? Crises, Food Movements, and Regime Change, in Alison Hope Alkon and Julian Agyeman, (eds.), **Cultivating Food Justice: Race, Class, and Sustainability**, Cambridge: MIT Press, 2011, pp. 309–30.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **A Foodie's Guide to Capitalism: Understanding the Political Economy of What We Eat**. Monthly Review Press, 2017.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. **Sustainable development: mapping different approaches**. *Sustainable development*, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2011.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar (ed.), 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

LEFF, Enrique. **Political Ecology: a Latin American Perspective**. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 35, p. 29-64, dez. 2015.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e Saber Ambiental**. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, n. 3 p. 36-51, Porto Alegre: 2002.

LIMA, G. F. da C. **Do desenvolvimento sustentável à economia verde operam-se avanços ou retrocessos?** In: OLIVEIRA, M. M. D. de *et.al.* *Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade* [recurso eletrônico]. Caxias do Sul, RS: Educs, 2017.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Uma educação para o fim do mundo? Os desafios socioambientais contemporâneos e o papel da educação ambiental em contextos escolarizados. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021.

LINO, Narcilene Moreira Machado. **A criminalização do MST como mecanismo de controle social penal**. Orientador: Pedro Sérgio dos Santos. 2014. 276 p. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia-Go, 2014.

LUZ, Maria Adelice da Silva. **Contribuição para uma gestão sustentada no município de Santa Luzia-PB**. 2002. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2002.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luís Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHÍN SOSA, Braulio *et al.* **Revolución agroecológica**: el movimiento de Campesino a Campesino de la ANAP en Cuba. Cuando el campesino ve, hace fe. ANAP and La Vía Campesina, Havana, Cuba, and Jakarta, Indonesia. *The Journal of Peasant Studies*, [s. l.], v. 38, ed. 1, 2011. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/downloads/pdf/sp/2010-04-14-rev-agro.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MDA. Ministério do desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)**, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/planapo/>. Acesso em: 03 de nov. 2021.

MÉNDEZ, Ernesto *et al.* **Agroecology**: A Transdisciplinary, Participatory and Action-oriented Approach. Boca Raton, FL: CRC Press, 2016. ISBN 978-1-4822-4177-8.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e Saturação Em Pesquisa Qualitativa: Consensos e Controvérsias Sampling and Saturation in Qualitative Research: Consensus and Controversies. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo-SP, v. 5, ed. 7, p. 1-12, 2017.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro-RJ, v. 14, ed. 4, p. 569-576, 2008.

OXFAM. **Scaling sustainable agriculture**. Yuna Chang *et al.*, (org.) – Oxford, Reino Unido: 2021. Disponível em <<https://oxfamilibrary.openrepository.com/handle/10546/621075>>. Acesso em 30 junho 2020.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade**: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural. 30 nov. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>. Acesso em 6 junho 2020.

PETERSEN, P., E. M.; MUSSOI, e F. D.; SOGLIO. 2013. **Institucionalización del Enfoque Agroecológico em Brasil**: Avances y Desafíos. *Agroecologia* 8:73–79.

RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos**: conjecturas políticos-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul-RS: Educs, 2012.

REDCLIFT, M.; GOODMAN, D. **The machinery of hunger**: the crisis of Latin America food systems. In: GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. (Eds.). *Environment and Development in Latin America*. UK: Manchester University Press, 2011.

ROSSET, Peter Michael *et al.* The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant

agriculture and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 38, ed. 1, p. 161-191, 2011.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2021. 288 p.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.*, (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. 463 p.

SANDEL, Michael. **The Tyranny of Merit: What's Become of the Common Good?** New York: Farrar, Straus e Giroux, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Elefante, 2018.

SEN, Amartya. **Ethics and the Foundation of Global Justice**. Ethics & International Affairs, Cambridge University Press, v. 31, ed. 3, p. 261-270, Fall 2017. DOI 10.1017/S0892679417000193. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/ethics-and-international-affairs/article/ethics-and-the-foundation-of-global-justice/F17377B08FBBD29F27BB128EF7E554C0>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SEN, Amartya. **Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Oxford Scholarship Online, November 2003. DOI 10.1093/0198284632.001.0001. Disponível em: <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/0198284632.001.0001/acprof-9780198284635>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SHIVA, Vandana. **The Violence of the Green Revolution: Third World Agriculture, Ecology, and Politics**. Kentucky: University Press of Kentucky, 2016. 266 p. ISBN 978-0813166544.

SHIVA, Vandana. **Who Really Feeds the World?**. Berkeley, CA.: North Atlantic Books, 2016.

SOJA, Edward W.. **Seeking Spatial Justice (Globalization and Community)**. [S. l.]: Univ Of Minnesota Press, 2010.

STÉDILE; J.P.; FERNANDES B.M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. 166p.

STIGLITZ, Joseph. **Povo, poder e lucro: Capitalismo progressista para uma era de descontentamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. 406 p.

STOPPELLI, Illona Maria de Brito Sá; MAGALHÃES, Cláudio Picanço. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 10, p. 91-100, 2005.

TAIBO, Carlos. **O ecofascismo**. Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2018. 16 p.

UFRRJ. **Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/agricultura-familiar-mais-agroecologia-sustentabilidade/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Nuevos campesinos: Campesinos e imperios alimentarios**. 1. ed. Barcelona: Icaria editorial, 2010. 430 p.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The New Peasantries: Rural Development in Times of Globalization**. 2. ed. Londres: Routledge, 2018. 324 p. ISBN 9781315114712.

VANDEN, Harry E. *et al.* **The New Global Politics: Global Social Movements in the Twenty-First Century**. New York, NY: Routledge, 2017. ISBN 978-1-138-69724-9.

WILLIAMSON, John. **Depois Do Consenso De Washington**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 320 p.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. A questão ambiental no esquema centro-periferia. **Economia**, Niteroi-RJ, v. 4, ed. n, p. 201-221, 2003.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA ASSENTADOS

NOME: _____

A. IDENTIFICAÇÃO E ASPECTOS SOCIAIS

1) Idade: _____ anos.

2) Sexo () Masculino, () Feminino

3) Estado civil () Solteiro, () Casado ou vivendo uma relação estável
() Viúvo, () Separado ou divorciado, () Outros

4) Nível de escolaridade.

- () Não sei ler nem escrever
- () Sei ler/escrever sem grau de ensino
- () Fundamental incompleto
- () Fundamental completo
- () Ensino médio incompleto
- () Ensino médio completo
- () Técnico profissional incompleto
- () Técnico profissional completo
- () Superior incompleto
- () Superior completo
- () Pós-graduado

5) Local de nascimento

Cidade _____ Estado _____

6) Você tinha alguma ocupação profissional antes de vir para o assentamento?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, qual? _____

7) Você tem alguma ocupação profissional fora do assentamento?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, qual? _____

8) Qual o principal motivo para o ingresso no MST?

- () nasceu em ocupação ou assentamento
- () nasceu em terreno que veio a se tornar assentamento
- () necessidade de moradia própria
- () sonho de retornar ao campo
- () desejo de ter meu próprio pedaço de terra
- () outro.

Qual? _____

9) Já passou por mais de um assentamento? () Sim () Não

10) Há quanto tempo está assentado? _____

11) Composição Familiar no assentamento, excluindo o ENTREVISTADO (resposta múltipla)

PARENTESCO	NÚMERO
MARIDO/MULHER	

FILHOS E FILHAS	
PAI/MÃE	
IRMÃOS E IRMÃS	
TIOS E TIAS	
OUTROS	

12) Possui acesso a serviços de saúde? () Sim () Não

13) Como você classifica o serviço de saúde

Muito bom () Bom () Satisfatório () Regular () Ruim ()
Muito ruim ()

14) Possui acesso à educação? Sim () Não ()

15) Como você classifica o serviço de educação?

Muito bom () Bom () Satisfatório () Regular () Ruim ()
Muito ruim ()

16) Possui tempo para descanso e lazer () Sim () Não

B. ASPECTOS ECONÔMICOS E TÉCNICOS:

17) Qual a renda mensal familiar?

- () menos de 01 salário mínimo
() até 01 salário mínimo
() de 01 a 3 salários mínimos
() de 3 a 5 salários mínimos
() mais de 10 salários mínimos

18) Quais os principais gastos da sua família: (marcar até quatro)

- () Alimentação
() Saúde
() Roupas e outros bens de consumo imediato
() Melhoria da habitação
() Educação dos filhos
() Deslocamentos
() investimentos para a produção no lote
() Outro. Qual _____

19) A renda familiar é satisfatória? () Sim () Não

Justifique _____

20) Tem acesso a crédito agrícola: () Sim () Não

De qual tipo?

21) Há acesso a políticas públicas relacionadas diretamente ou indiretamente à Agroecologia?

() Sim () Não

Se sim, qual? _____

22) A renda familiar provém apenas da agricultura? () Sim () Não

Em caso negativo especifique as demais fontes – por exemplo: políticas de complementação de renda como bolsa família, bolsa verde, aposentadoria, trabalha fora etc.

23) A família ou indivíduo é autossuficiente na produção de seu alimento ()Sim ()Não

24) Tem um canal regular de comercialização da produção? ()Sim ()Não
Onde os produtos são comercializados?

25) Que percentual – aproximadamente - da produção é usado na alimentação da família e qual é dirigido à venda no mercado, na feira etc.?

Alimentação: _____

Venda: _____

26) Qual o principal destino da produção do seu Lote? (ex.: consumo próprio, feiras nas cidades próximas, comércio no assentamento, supermercados e restaurantes.)

27) Como as pessoas acessam o mercado: feiras, venda direta ao consumidor, mercados institucionais em programas do governo?

28) Quais produtos tem mais aceitação no mercado?

29) O preço destes produtos no mercado compensa os custos, incluindo mão de obra, insumos e outros?

30) Possui disponibilidade de força de trabalho familiar? Sim () Não () Quantas pessoas?

31) Utiliza força animal e/ou mecânica nos trabalhos?
() Animal, () Mecânica, () Não utiliza

32) Utiliza agrotóxicos para controle de pragas e/ou doenças em vegetais? (Lavouras, pastagens, florestas, produtos de viveiros, produtos estocados)

()Sim ()Não

33) Que outras alternativas utiliza para o controle de pragas e/ou doenças em vegetais? (Lavouras, pastagens florestas, produtos de viveiros, produtos estocados ou armazenados)

() Controle biológico () Queimadas de resíduos agrícolas e de restos de culturas

() Outras (uso de repelentes, caldas, iscas etc.) () Não utiliza

34) Usa técnicas de irrigação? ()Sim ()Não

Em caso afirmativo, qual? _____

35) Quem realiza os trabalhos de plantio?

36) Quem realiza os trabalhos de manejo?

37) O manejo é eficiente e dá bom rendimento físico?

38) No final do ano agrícola resta algum excedente monetário para investir na próxima safra?
()Sim ()Não

C. ASPECTOS AMBIENTAIS

39) Tem área de mata nativa no assentamento? ()Sim ()Não

40) Faz uso da mata? ()Sim ()Não

Se sim, qual? -

41) Existem rios, açudes ou nascentes no assentamento? ()Sim ()Não

Se sim, já foi feita alguma análise da água? Está apropriada para o consumo?

42) Possui disponibilidade de água em quantidade e qualidade na propriedade?

()Sim ()Não

43) Em quais meses se concentra o período chuvoso e de plantio?

44) A qualidade/ fertilidade do solo é satisfatória?

()Sim ()Não

Em caso negativo justifique

45) Qual o nível de fertilidade?

Muito Bom () Bom () Médio () Baixo () Muito baixo () Não sei ()

46) Há fonte de materiais de plantio nas proximidades (sementes, mudas e estacas)?

()Sim ()Não

47) Quais espécies os agricultores produzem?

48) Quais atividades são desenvolvidas?

Cultivos temporários () Cultivos perenes () Criação de animais () Extrativismo
 () Psicultura () Apicultura ()
 Outras, quais?

49) Como o lixo é tratado localmente?

50) Quais técnicas agroecológicas são utilizadas?

Rotação de culturas e pousio do solo () Consórcio de culturas ()
 Cobertura morta () Adubação verde () Controle biológico de pragas ()
 Adubação orgânica () Cultivo mínimo () Agrofloresta () Outras, quais?

D. ORGANIZAÇÃO

51) Você já participou de algum Encontro ou Congresso do MST? ()Sim ()Não

52) É membro de: (especificar qual e há quanto tempo)

	DESDE QUE ANO
Cooperativa	
Associação Local	
Sindicato	
Igreja (qualquer uma)	
Outro. Qual?:	

53) Você costuma participar nas reuniões e na tomada de decisões do assentamento?

()Sim ()Não

Se não participa, qual a razão?

54) Você acredita que a sua qualidade de vida:

() melhorou ao após ingressar no MST, () piorou ao ingressar no MST, () nem melhorou, nem piorou
Por que?:

55) Existem materiais e cartilhas produzidas pelo Movimento, como matérias de formação e informação sobre a Agroecologia? () Sim () Não

56) A transição agroecológica foi uma decisão coletiva no assentamento?

- () discorda totalmente
- () discorda parcialmente
- () concorda parcialmente
- () concorda totalmente

57) A produção agroecológica é adotada pela maioria dos produtores assentados?

- () discorda totalmente
- () discorda parcialmente
- () concorda parcialmente
- () concorda totalmente

58) A produção agroecológica é eficiente?

- () discorda totalmente
- () discorda parcialmente
- () concorda parcialmente
- () concorda totalmente

59) A transição agroecológica no assentamento trouxe melhoria na qualidade de vida?

- () discorda totalmente
- () discorda parcialmente
- () concorda parcialmente
- () concorda totalmente

60) Você gostaria de continuar a utilizar técnicas agroecológicas ou de retornar a usar técnicas convencionais?

- () Técnicas agroecológicas
- () Técnicas convencionais

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA PARA ESPECIALISTAS EM AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA

Entrevista com especialistas

Identificação da(o) entrevistada(o):

Nome:

Idade:

Formação:

Vínculo institucional:

1. Como se deu sua aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra? Quanto tempo faz?
2. Como se deu sua aproximação com a Agroecologia? Quanto tempo faz?
3. O que te levou a trabalhar com Movimentos Sociais?
4. O que te levou a trabalhar com esse tipo de produção?
5. Em sua opinião, quais são os maiores benefícios que a Agroecologia pode trazer para o meio ambiente e para quem o pratica?
6. Como se deu a aproximação do MST com as pautas ambientais e a Agroecologia?
7. Em sua opinião, quais são os maiores benefícios que a Agroecologia pode trazer para o MST-PB?
8. Quais seriam as principais diferenças entre a Agroecologia e o modelo agrícola tradicional?
9. E quais os principais obstáculos para a transição agroecológica?
10. Quais as necessidades os assentamentos em transição agroecológica têm em relação a políticas de crédito, assistência técnica e de comercialização, entre outras?
11. Como avalia a presença ou ausência de políticas públicas de apoio a essa prática no estado?
12. Em sua opinião, que mudanças a Agroecologia causa no cotidiano do assentamento?
13. A Agroecologia seria uma das ações prioritárias no setor de produção e comercialização do MST-PB?
14. A Agroecologia seria uma alternativa apenas de produção agropecuária ou também seria uma alternativa de manejo do ecossistema relativo ao lote e ao assentamento?
15. Existem materiais e cartilhas produzidas pelo Movimento, como matérias de formação e informação sobre a Agroecologia?
16. O discurso e a prática agroecológica se constituem de forma tranquila ou tensa e disputada no assentamento, nas reuniões, assembleias do movimento, em sua opinião?
17. Existe uma meta na implementação da transição agroecológica em assentamentos?
18. Quais as características que você acha que marcam o discurso e a prática da Agroecologia no MST?